



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
192ª SESSÃO
(SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES)

Em 8 de Agosto de 2018

(Quarta-Feira)

Às 14 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 432 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Senhoras e senhores, dando início aos nossos trabalhos, passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar, pelo tempo de 1 minuto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo reiterar o que já comentamos desde a semana passada: que é crime contra o futuro do Brasil, é agressão ao seu presente, do ponto de vista da educação, da ciência e da tecnologia, cortar recursos da CAPES, das bolsas de estudo.

Por mais que o MEC tenha dito que na verdade esse corte não será tão intenso, ele se inscreve numa postura reiterada do Governo Temer de não valorizar a educação, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Ministro da Educação virá a esta Casa na semana que vem para audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, e fizemos, nós do PSOL, requerimento de informações alentado indagando sobre toda a situação das bolsas do CAPES. Fica aqui o convite.

Peço que seja dado como lido pronunciamento de minha autoria a respeito dessa grave situação.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer quatro registros importantes.

O primeiro é sobre a Marcha Nacional Lula Livre, que começa no dia 10 e vai até o dia 15 de agosto, aqui em Brasília, e vai acompanhar o registro da candidatura do Presidente Lula à Presidência do Brasil.

O segundo é sobre o Acampamento Nacional da Juventude, que começa hoje aqui em Brasília. São 500 jovens sem terra representando a juventude sem terra de 11 Estados.

O terceiro é sobre a greve de fome de sete militantes de diversos movimentos, que começou no último dia 31.

E o quarto, Sr. Presidente, é sobre o Dia do Basta, contra o desemprego e contra a retirada de direitos do povo brasileiro, que vai ser dia 10.

As diversas centrais sindicais, juntamente com a Frente Brasil Popular e com a frente Povo sem Medo, vão fazer esses atos em todo o Brasil.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul, que vai apresentar o Prefeito da grande Guaporé, cidade do Rio Grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho a honra de ter aqui ao meu lado o Prefeito Valdir Fabris, da nossa querida Guaporé, da região serrana do Rio Grande do Sul, que vem a Brasília com suas demandas, com muitos projetos, muitos encaminhamentos, em busca de recursos. Ele é um Prefeito gestor, empreendedor, e de maneira impressionante zerou a lista de espera nas creches do seu Município.

Lá não há criança fora da creche.

Prefeito Valdir, nós te agradecemos e te homenageamos. Parece o nosso Brizolla velho dos Pampas, porque o Brizola é que era muito focado na educação dos nossos jovens.

Ele é um Prefeito que está fazendo obras, como o ginásio de esportes, que vai ser a marca de Guaporé, e o asfalto. Enfim, há tantas coisas boas que o Prefeito está fazendo. Nós somos seu parceiro. Também há a 17ª Mostra Guaporé, com agricultura, *lingeries*, semijoias — que, aliás, é uma marca de Guaporé.

Parabéns, Prefeito Valdir Fabris. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Obrigado, Prefeito Valdir, pela visita.

Passo a palavra ao Deputado João Daniel, do Partido dos Trabalhadores de Sergipe.

V.Exa. dispõe de 1 minuto para dar como lido o seu discurso.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria que fosse registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa o pronunciamento em que comunico que ontem nós acompanhamos, junto com a nossa Presidenta Nacional do PT, Gleisi Hoffmann, o Líder da bancada e demais Parlamentares, os sete companheiros e companheiras em greve de fome ao protocolarem o pedido de audiência aos 11 Ministros e Ministras do STF. Todos querem que seja urgentemente julgado o pedido de libertação do Presidente Lula e que lhe sejam dados os direitos políticos, para que o Presidente Lula possa concorrer às eleições.

Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente!

O povo brasileiro precisa que seja feita justiça.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Passo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Zé Silva.

Colegas Deputados, estimado povo brasileiro, volta e meia a grande mídia diz que há candidato ao Palácio do Planalto declarando que vai privatizar instituições públicas, entre as quais a Caixa Econômica Federal.

Eu trago aqui o livro que conta os 157 anos da história desse banco público, desse banco do povo, desse banco que desenvolve o País, desse banco que tem um cunho social enorme e quero manifestar desde já o meu desejo, a minha vontade, o meu empenho de trabalhar para que ele continue público e atendendo os brasileiros e as brasileiras — não só quem faz casa, mas também os beneficiários de todos os demais programas.

Portanto, parabéns aos servidores, aos colaboradores, aos empregados da Caixa Econômica!

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Aproveitando a presença do Deputado Heitor Schuch, do Deputado Bohn Gass e do Deputado Alceu Moreira, que são do Rio Grande do Sul, quero dizer que esta semana o Delegado do Desenvolvimento Agrário do seu Estado está conhecendo, nas montanhas de Minas, na Serra da Canastra, o trabalho de fabricação dos queijos artesanais da região — Queijo Canastra, Queijo do Serro. Ele levará a experiência mineira e também deixará em Minas Gerais a experiência do Rio Grande do Sul na área dos queijos serranos.

Deixo o meu abraço a todos os agricultores familiares que fazem dessa atividade do queijo artesanal uma atividade importante da agricultura familiar.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Passo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Lobbe Neto, de São Paulo, para fazer seu pronunciamento.

Em seguida falará o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará, para dar como lido seu pronunciamento.

O SR. LOBBE NETO (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, rapidamente, aproveitando a oportunidade de falar, quero saudar, pelos seus 195 anos de emancipação política, a cidade de Pirassununga, no interior do Estado de São Paulo, próxima à região central do Estado, através de seu Prefeito, Ademir Lindo; da Câmara de Vereadores, através do Vereador Jeferson Ricardo do Couto; e de todas as autoridades, todos os Vereadores e, principalmente, através da sua população.

Então, estamos aqui trazendo um abraço a todos os nossos amigos pirassununguenses.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Lobbe Neto, de São Paulo.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai, de Santa Catarina, para apresentar as visitantes nesta Casa, nesta tarde.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita alegria, acolhemos a Prefeita da cidade de São Domingos, Eliéze Comachio, e a Andressa Lorenzon, consultora técnica que assessora a Prefeita naquela extraordinária cidade, que já foi governada pelo nosso amigo Kiko durante 8 anos — ele elegeu a sucessora junto com essa equipe.

São Domingos é uma referência em qualidade de vida e desenvolvimento para os Municípios do interior deste País.

Então, Andressa, Eliéze, sejam bem-vindas ao Parlamento brasileiro, sejam bem-vindas à Casa que decide muitas coisas que vocês vivenciam lá.

Nós temos um sonho, Prefeita. Quem sabe ainda este ano nós possamos votar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para destinar aos Municípios brasileiros 6 bilhões de reais que hoje estão concentrados em algumas agências financeiras.

A luta municipalista tem conquistado espaço aqui; ela está sendo acolhida por muitos Deputados. Este ano nós vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Obrigado pela visita.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o povo paraense está sofrendo com a perda anual de mais de 4 bilhões por ano com a chamada Lei Kandir, aquela que não permite que os produtos de exportação paguem ICMS aos Governos dos Estados. Como o Pará tem 84% da sua economia baseada no minério, nós chegamos a essa margem de mais de 4 bilhões por ano.

Se não bastasse isso, cortes de verbas prejudicam o Pará: as obras estão todas paradas; o petróleo já é caro; a energia já é cara, e, agora está sendo anunciado mais 11% de reajuste no preço da energia no Pará.

Nós vamos debater esse tema na campanha eleitoral que se inicia no dia 15 de agosto, e eu, como pré-candidato — serei candidato a Senador —, vou travar esse debate nas redes sociais, no rádio e na televisão.]

Quero ver como os Senadores e Deputados do Pará que apoiam esse Governo vão fazer campanha falando em ajudar o povo do Pará, se ficam quietinhos aqui em Brasília; não vão mais para as tribunas falar. Corta-se a verba da educação, saúde, segurança, sobe energia, sobe petróleo, e estão todos calados.

Vamos fazer esse debate a partir do dia 15 com o povo do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Felipe Bornier, para uma comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PTB/PROS.

V.Exa. dispõe de 5 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar o aniversário de Paracambi, Município querido da Baixada Fluminense, que completa hoje 58 anos de criação.

Gostaria de mandar o nosso abraço e a nossa solidariedade e de dizer que nós vamos continuar sempre trabalhando por aquela região.

Tivemos a oportunidade de empenhar, na semana passada, 400 mil reais para a área da saúde, o que, com certeza, muito vai ajudar ao ser investido nesta área de muita demanda.

Gostaria de dizer também que, nesta semana, tivemos a oportunidade de comemorar os 12 anos da Lei Maria da Penha. Sabemos que muito avançamos em relação à legislação, mas muito ainda temos que avançar.

Sabemos que a grande maioria das mulheres hoje vítimas em todo o Brasil são violentadas principalmente pelos seus parceiros, dentro dos seus lares.

Nós temos projetos também no sentido de viabilizar, melhorar e aumentar o número de delegacias onde essas mulheres possam fazer a denúncia, que deveriam receber mulheres também policiais para essas ocorrências. Este é um projeto de nossa iniciativa. Sabemos que isso muito vai colaborar para combatermos este mal na nossa sociedade.

Quero dizer que nós do PROS estamos muito organizados. Tivemos a nossa convenção no Estado do Rio de Janeiro, assim como em outros Estados do Brasil. Estamos muito bem organizados em todos os Estados do Brasil e também aqui no Distrito Federal, com a nossa gloriosa Eliane Pedrosa liderando as pesquisas.

Conseguimos fazer o que a sociedade brasileira espera de um partido político, que é colocar novos nomes, novas pautas em discussão. Com certeza, é através de organização, através de planejamento, mas, mais do que isso, através do povo, de pessoas, que vamos conseguir construir e mudar nossos Municípios, nossos Estados, enfim, o nosso Brasil.

Não podemos ficar somente reclamando, dizendo que o Brasil não está no caminho certo, e não fazer o nosso dever de casa. Nós contamos com o grande planejamento do nosso Presidente Nacional, Euripedes, da Fundação da Ordem Social e de todos os Deputados Federais — que são 11 nesta Casa e, com muito trabalho, muita determinação, estão nesta semana apresentando pautas que venham sensibilizar não somente as pautas presidenciais, mas também as de suma importância para os Estados e Municípios de todo o Brasil.

Estamos satisfeitos. Teremos 2 meses de um cronograma de muito trabalho, em que vamos, com a nossa consciência tranquila, conversar com a população, olhar no olho de cada um dos brasileiros, em todas as áreas do Brasil, e dizer que o que nós queremos é o que o povo brasileiro quer: avançar; trabalhar para combater realmente o que está acontecendo de negativo em nosso Brasil; combater a corrupção; apresentar propostas que tenham viabilidade, para que se concretizem.

Nós temos sonhos. Acreditamos nesse Brasil. E acreditamos que, para que esses sonhos venham a se transformar em realidade, precisamos arregaçar as nossas mangas, olhar no olho do cidadão e pedir também que eles venham, através do nosso projeto, mudar e passar essa página negativa.

Precisamos, sim, colocar o Brasil, este povo trabalhador, novamente como prioridade, e voltarmos a ter orgulho de ser brasileiro.

Com certeza, serão 2 meses de muita maturidade, de muita consciência, mas também, de nossa parte, de apresentação de propostas. Tivemos oportunidade de colocar nesta eleição quadros novos, com uma perspectiva e um olhar diferenciado: jovens, mulheres, negros, pessoas com deficiência. Tentamos agregar toda a realidade do que significa o povo brasileiro para fazer desta eleição, que para muitos é difícil e complicada, uma eleição grandiosa.

A sociedade que nós buscamos, através da nossa motivação, dos nossos sonhos, irá se concretizar com a nossa vontade, com um olhar para o próximo com novas ideias e com a crença de que o futuro do Brasil está em nossas mãos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Felipe Bornier. Parabéns pelo seu pronunciamento!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Passo a palavra ao Deputado Floriano, que irá apresentar um contrerrâneo nosso lá do Pontal do Triângulo Mineiro — eu vou deixar o Deputado apresentá-lo —, Prefeito de uma cidade extremamente importante, especialmente na pecuária.

Com a palavra o Deputado Floriano.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao nobre Deputado que está na tribuna pela cessão do tempo.

Quero só registrar a presença do nosso Prefeito Dilador Borges, de Araçatuba, uma cidade com mais de 200 mil habitantes, uma das mais importantes do Estado de São Paulo.

O Dilador é um Prefeito de primeiro mandato, mas já vem fazendo um trabalho extraordinário. Além de apresentar programas e projetos sociais, vem equilibrando as contas da cidade.

Então, deixo consignada nos Anais desta Casa a nossa alegria em receber o Dilador Borges, que foi Deputado Estadual no nosso Estado de São Paulo e hoje é Prefeito da belíssima cidade de Araçatuba.

Obrigado pela presença, Prefeito Dilador.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, orador que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Floriano.

Eu também quero cumprimentar o Prefeito Dilador, nosso contrerrâneo. Parabéns pelo belíssimo trabalho.

A família Borges fica engrandecida de cedê-lo para o Estado de São Paulo para fazer essa bela gestão.

Passo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre.

O SR. ANGELIM (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é visível o desencanto dos jovens brasileiros com a política. Isso ocorre em função do alto índice de desemprego no nosso País, da falta de oportunidades para os jovens e dos profundos cortes de recursos para educação e pesquisa.

Urge que este Congresso, junto com o Governo e com as instituições, busque alternativas de geração de trabalho para a nossa juventude, busque oportunidades de ingresso do jovem nas universidades públicas federais. Mas é preciso que, ao sair, os jovens tenham a oportunidade de trabalhar através do mérito do concurso.

Pela omissão deste Parlamento e pelo desgoverno que aí está instalado, criou-se esse desencanto, que será nefasto para a democracia brasileira. Nesta próxima eleição, sem dúvida, teremos um alto índice de abstenção em função da crise institucional, da crise econômica, da crise política que vivenciamos no nosso País na atualidade.

É isso, Sr. Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Angelim.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 15 de agosto registraremos Luiz Inácio Lula da Silva como nosso candidato.

No seu programa está algo fundamental para o País: revogar a reforma trabalhista.

Desde que o Temer e os golpistas votaram a reforma trabalhista, o brasileiro entrou em desgraça. Temer pagou caro à mídia para mentir ao povo brasileiro e dizer que a economia ia crescer, mas ela não está crescendo; que haveria estabilidade jurídica, mas 117 artigos foram roubados da Constituição; que o emprego cresceria, mas é o desemprego que está crescendo por causa dessa política e dessa reforma. Foi por isso que nós votamos contra a reforma trabalhista. Nós queremos emprego para o povo brasileiro. Nós queremos desenvolvimento, crescimento e estabilidade.

Com esses golpistas, a carteira de trabalho vai virar peça de museu. Não haverá mais carteira de trabalho. O trabalho será precarizado.

Por isso, Lula para Presidente e seu programa para revogação da reforma trabalhista!

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Concedo palavra ao Deputado Fábio Trad, por 1 minuto.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os membros da Magistratura e os representantes do Ministério Público têm direito ao porte de arma. E os advogados?

O advogado e professor universitário Alfredo Scaff Filho está nesta Casa para subsidiar tecnicamente, com números e, sobretudo, argumentos técnicos que legitimam a proposição que autoriza o porte de arma aos advogados.

Sr. Presidente, eu peço que seja registrada nos Anais da Casa a presença nesta Casa do advogado Alfredo Scaff Filho.

Também peço que seja registrado nos Anais da Casa o artigo intitulado *A Fábula da Pátria sem Patriotas*, do professor universitário André Matsusuhita Gonçalves. Com tintas de fina e sofisticada ironia, ele estabelece os limites entre o patriotismo, que é sério, e a patriotada, que é demagógica.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - V.Exa. será atendido, Deputado Fábio Trad.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD.

Matéria referida:

– A FÁBULA DA PÁTRIA SEM PATRIOTAS

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 10.671, de 2018, que concede o título de Capital Nacional do Arranjo Produtivo Local da Pós-Colheita à cidade de Panambi, na região missioneira, na região do planalto médio.

Panambi é uma cidade eminentemente industrial, que superou o seu tempo e tem um olhar para adiante, com a visão daqueles que constroem este País e o nosso Rio Grande.

De maneira inteligente, o seu povo se organizou e a cidade hoje é um polo industrial de referência, tanto que 60% do pós-colheita no Brasil passa por equipamentos e máquinas de uma das mais de cem indústrias localizadas em Panambi, a nossa cidade das indústrias.

Panambi merece esse título de cidade referência do pós-colheita não só no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil inteiro. A sua gente ordeira, trabalhadora, empreendedora, visionária e gestora está fazendo a diferença em toda essa região, como polo industrial.

Eu tenho orgulho, porque muitos dos meus familiares nasceram e cresceram em Panambi, Ajuricaba, Condor, Ijuí, nessa região, onde tenho a minha origem.

Quero homenagear essa cidade industrial, referência, modelo, diferencial no processo produtivo do Rio Grande, que trabalha, produz, gera renda, emprego e desenvolvimento.

Parabéns, Panambi! O seu povo merece.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Passo a palavra ao Deputado Paulão, por 1 minuto.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria inicialmente parabenizar a Profa. Consuelo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL, pela luta que ela enfrentará novamente nas urnas.

Tenho certeza absoluta de que os trabalhadores e trabalhadoras da educação farão a sua recondução àquele sindicato que, para mim, é um dos maiores sindicatos na luta pela defesa da classe trabalhadora do serviço público.

Eu gostaria também de me solidarizar à Profa. Consuelo em relação à luta dos precatórios, uma luta antiga e importante, que está caminhando para a vitória. Porém, não estamos compreendendo a postura do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que infelizmente não reconhecem que os precatórios também devem ser repassados para os trabalhadores da educação. Esse é um pleito antigo e histórico.

Por isso, registro a nossa solidariedade a toda a direção do SINTEAL.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Paulão.

Passo a palavra ao Deputado Cabo Sabino, por 1 minuto.

O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, o Supremo Tribunal Federal — STF se reúne em audiências públicas para discutir sobre a legalização ou não do aborto no País.

Às vezes, eu indago: como o nosso País vive tantos conflitos? Nesta Nação, dar uma palmada no filho constitui crime, mas agora querem liberar que se mate alguém indefeso. Eu não entendo como convivemos com tantos conflitos.

A vida é um bem sagrado. Há vários meios hoje para evitar a gravidez, como a pílula do dia seguinte, mesmo em caso de estupro. Mas depois de 3 meses, com o feto todo formado, querem lhe tirar a vida?

Imagine se você tivesse sido abortado, onde você estaria.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Obrigado, Deputado Cabo Sabino.

Passo a palavra ao Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais, por 1 minuto.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui hoje comemorar a conquista daquilo que nós assumimos junto aos caminhoneiros, na luta que tivemos quando da paralisação que se iniciou no dia 21 de maio. Ontem, o Plenário desta Casa votou os dois últimos acordos que foram celebrados: a questão da CONAB e a isenção de pagamento de pedágio sobre os eixos suspensos de caminhões com carga livre.

Eu gostaria de denunciar o que está acontecendo agora. Nós queremos o cumprimento dos acordos feitos. Vamos esperar a sanção presidencial para ver os vetos que vamos derrubar aqui, porque os caminhoneiros estão sendo enganados, em parte, lá nas bases.

Tem quem esteja cobrando do caminhoneiro, Deputado Zé Silva, o frete mínimo. O caminhoneiro assina o frete mínimo e depois devolve o dinheiro, ou ele é obrigado a fazer o repasse de outra forma.

Guerra avisada não mata soldado. Vai ser avisado que os caminhoneiros estão insatisfeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Zé Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cabo Sabino, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Passo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli, por 1 minuto.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um prazer voltar aos microfones desta Casa. Nesta oportunidade, quero dizer a todo o povo brasileiro, especialmente ao povo do meu Estado de Mato Grosso, que estou protocolando um pedido à Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, para que ela arquive a ADPF 442, que trata do aborto.

Quero agradecer à Ministra Cármen Lúcia o espaço que ela está dando para o debate em relação ao aborto no Supremo Tribunal Federal. Mas quero também pedir a ela que deixe essa decisão ser tomada aqui nesta Casa. É nesta Casa que nós debatemos, que nós concluímos os debates, onde de fato ocorrem as análises feitas pelos legítimos representantes do povo, os membros desta Casa.

Então, estamos pedindo à Ministra Cármen Lúcia, por meio do ofício que protocolamos, o arquivamento da tão maléfica ADPF 442, com a qual estão querendo legalizar a morte de inocentes. Portanto, que se transfira para cá essa discussão, para que esta Casa possa fazer os devidos debates.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Silva, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidarietà.

V.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento, quero comemorar uma conquista para o Vale do Jequitinhonha e, ao mesmo tempo, agradecer ao Presidente da ANATER, o extensionista rural Valmisonery, e, na pessoa dele, a toda a direção da ANATER, por ter atendido ao nosso pedido de reestruturar e voltar a ter o queijo cabacinha como projeto prioritário da assistência técnica e extensão rural da EMATER de Minas Gerais.

O queijo cabacinha tem a tradição, tem a história do povo do Vale do Jequitinhonha. Quem passa pela rodovia que liga Minas Gerais à Bahia vê o trabalho dos agricultores, com um produto que tem história e também uma carga muito importante da luta e do trabalho do povo do Vale do Jequitinhonha.

Fiquei feliz ao receber nesta Casa o Presidente da EMATER, especialmente os meus colegas extensionistas Emerson, Arthur, Cristiano, Mílvio, Dajas e Terence, que representam muito bem a luta dos nossos queridos colegas extensionistas,

que fazem do trabalho da extensão rural o meio para que as políticas públicas possam chegar aos agricultores e agricultoras daquela região.

Nós iniciamos o projeto do queijo cabacinha ainda como Presidente da EMATER, quando foi feita a caracterização da região produtora do queijo cabacinha. Depois, na condição de Secretário de Estado, tivemos a oportunidade de homologar a criação dessa região. E, agora, foram liberados recursos da ordem de 1 milhão de reais para contratação da assistência técnica e apoio aos agricultores.

Incluimos também um pedido importante dos Municípios da região da Serra Geral, especialmente do agricultor familiar e Vereador Tonão do Paraguai, lá da cidade de Porteirinha, que também lidera um movimento para fazer com que os queijos artesanais da Serra Geral possam ser comercializados de maneira clara, principalmente para que o agricultor consiga ter o seu produto reconhecido.

Tramitou nesta Casa, Deputado Alceu Moreira, projeto de lei de minha autoria, propondo o marco regulatório para os queijos artesanais, fundamental para destravar a legislação. O Deputado Valdir Colatto, outro colega de profissão, foi Relator desse projeto e nos ajudou a melhorá-lo.

E com esse recurso de 1 milhão de reais que viabilizamos com a ANATER para contratar assistência técnica, para apoiar a melhoria das condições de trabalho dos nossos colegas extensionistas da EMATER de Minas Gerais, eu tenho certeza de que o queijo cabacinha, que tem a história, a tradição e a luta do povo do Vale do Jequitinhonha poderá ser vendido tranquilamente, sem nenhum problema e restrição, assim como também os queijos produzidos de forma artesanal lá na Serra Geral, na região de Porteirinha, Janaúba, Nova Porteirinha, até Montezuma, que fica na transição do norte de Minas Gerais com o Alto Rio Pardo.

Portanto, quero agradecer à direção da EMATER, que aceitou esse nosso projeto e essa nossa demanda, já que recebeu mais de 8 milhões em recursos da nossa ação parlamentar, para a aquisição de veículos e equipamentos, para melhorar as condições de trabalho e valorizar os meus colegas extensionistas das Minas Gerais. Valorizando a extensão de Minas, eu tenho certeza de que toda a extensão rural brasileira também será valorizada.

Agradeço e cumprimento a ANATER, toda a sua equipe, toda a direção, pelo trabalho brilhante e por também apoiar não só a produção de queijos artesanais, mas também o projeto do Helder, a assistência técnica e a extensão rural. A ANATER é a chama da esperança de nós reconstruirmos a extensão rural brasileira e garantirmos a universalização desse serviço. Eu tenho afirmado que o extensionista é a primeira ou a última esperança do agricultor de ter a presença do Estado, com políticas públicas fundamentais para mudar o Brasil, especialmente neste momento muito importante da política. A política é boa, depende de quem faz.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu discurso fosse divulgado nos veículos de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Será atendido o pedido de V.Exa., Deputado Zé Silva.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero parabenizar o povo do Bairro João de Deus, lá de Petrolina, que está completando 31 anos. Eu vi esse bairro nascer, e hoje é um bairro que tem mais de 30 mil habitantes, que progride. Seus moradores trabalham, inclusive, na fruticultura. Foi lá que fizemos uma grande praça: a Praça da Juventude. Quero parabenizar o povo do Bairro João de Deus.

Parabenizo também os Deputados e Deputadas que ontem ajudaram a terminar essa primeira parte do atendimento aos pleitos dos caminhoneiros do Brasil, que vivem abandonados. Nós lamentamos que o Presidente da República tenha vetado o REFIS. Nós discutimos e fizemos um trabalho aqui, na tentativa de resolver não apenas o problema da empresa que está em dívida com a União, mas também o problema de trabalhadores, de desenvolvimento. E o Presidente vetou mais uma vez. Nós temos que derrubar esse veto, porque o País está vivendo uma situação difícil.

Eu pensei, Sr. Presidente, em dar uma parada na vida política. Há 36 anos sou Parlamentar e acho que já estava bom demais. Mas, no domingo, fui à convenção do meu partido, o PSB, e me convenci de que devo continuar. Não sei até quando, mas por mais alguns mandatos.

Eu vou me candidatar mais uma vez, porque entendo que esta Casa é o coração da democracia do País. Aqui, nós precisamos fazer um trabalho olhando obviamente para os Municípios, para os Estados, para as nossas regiões. Eu sou da Região Nordeste, uma região muito abandonada.

Precisamos, principalmente, resolver o problema do País, que está numa situação que nos faz perguntar o que devemos fazer. Tanto desmantelamento e tanta roubalheira foram feitos neste País. Quem paga por isso é o trabalhador que fica desempregado — são 13 ou 14 milhões de brasileiros desempregados; é o pequeno empresário que não tem para onde ir; é

o estudante que está em situação parecida; são os programas sociais que estão acabando, sem condições de continuidade, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida.

Na hora em que eu disse que ia sair da política, a minha família ficou muito feliz, porque não é fácil ter seu esposo ou seu pai por mais de 30 anos trabalhando como Parlamentar. Mas eu convenci a família de que devo continuar por mais um, dois ou três mandatos — não sei —, enquanto não arrumarmos este País.

Eu quero fazer o que eu sempre fiz: atender ao telefone — este aqui não tira retrato, mas é um telefone — e saber quais são os problemas do meu Município, do meu Estado; viajar semanalmente e aprender com aqueles que estão sofrendo com seca e com os problemas da saúde e da educação.

Sr. Presidente, eu não vou usar o tempo todo, inclusive eu teria direito a 6 minutos, mas V.Exa. me deu 3 minutos. Eu vou usar apenas mais 1 minuto para dizer ao povo brasileiro e ao povo pernambucano que, se Deus quiser, vou me candidatar a mais uma eleição. E, se Deus quiser também, virei para cá continuar fazendo esse trabalho.

Entrem num aplicativo e vejam quem é Gonzaga Patriota. Tenho 50 anos de política, sendo 36 anos com mandato de Deputado. Faço esse trabalho e posso olhar nos olhos da sociedade brasileira e pernambucana.

Eu quero desejar a todos aqui que possam continuar trabalhando, inclusive durante o período de campanha. Que possamos vir aqui uma ou outra semana para fazer o que fizemos nesta semana, votando importantes projetos, como o dos caminhoneiros.

Eu deixo os 4 minutos e 40 segundos para outros colegas utilizarem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Obrigado, nobre Deputado Gonzaga Patriota. Lembro a V.Exa. que lhe demos 5 minutos, e o tempo da Liderança do seu partido é de 4 minutos. V.Exa. usou bem os 4 minutos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Passo a palavra à Deputada Zenaide Maia, por 1 minuto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PHS - RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Cabo Sabino, eu quero chamar esta Casa, os colegas, para fazermos uma reflexão. Sabemos que a coisa mais importante numa crise econômica é o incentivo à economia, mas também sabemos que é preciso incentivar o desenvolvimento social. Além de incentivar a economia — e não é o que está acontecendo, pois estamos vendo bancos abarrotados de dinheiro, falindo a construção civil e a agricultura familiar —, é necessário paralelamente investir em educação de qualidade, em saúde e em segurança pública.

E o que temos visto? Um orçamento com menos de 0,5% para segurança pública, menos de 4% para educação e menos de 4% para a saúde.

Esse é o orçamento que está congelado por 20 anos.

Então, não adianta falar aqui que o País vai sair da crise. Ao mesmo tempo em que se fazem anistias fiscais para os gigantes, até para as petroleiras estrangeiras, não há nenhum investimento desse Governo Temer. É difícil acreditar nesse discurso de que estamos saindo da crise, pois não há nenhum investimento desse Governo Temer.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes. Em seguida, falará o Deputado Valdir Colatto, encerrando as breves comunicações.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB - MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Cabo Sabino, eu queria cumprimentar o Governador de Minas Gerais Fernando Pimentel por defender os interesses ferroviários de Minas através de uma interpelação judicial ao Presidente legítimo Temer.

O Temer quer antecipar a concessão da estrada de ferro Vitória-Minas. E, para garantir essa concessão, faz uma exigência de investimentos não na estrada de ferro de Minas Gerais e nos espaços que não estão sendo preservados, mas investimentos em Goiás e Mato Grosso que nada têm a ver com os interesses originais.

Minas Gerais precisa ver respeitados os seus contratos. Áreas foram abandonadas. Nós consideramos que Temer tem de assegurar que os interesses de Minas vão ser garantidos através da suspensão desta antecipação.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA JÔ MORAES.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para encerrarmos o período de discursos dados com lidos.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos alertar a Casa para uma situação que ainda não resolvemos, que é a questão do frete dos caminhoneiros. Nós votamos aqui a medida provisória, que foi transformada em projeto de lei e que está na Presidência da República para sanção. Havia o prazo, o dia 20 de julho, para que a ANTT fizesse um novo estudo e apresentasse um novo projeto sobre o custo mínimo do frete. Isso não aconteceu. A ANTT deixou para trás isso. Nós precisamos resolver esse impasse.

Hoje a bancada da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar esteve com o Ministro dos Transportes e levou uma proposta. Esperamos que, no final de semana, haja uma proposta definitiva para esta questão do frete. Que não seja uma tabela, mas um valor para custo mínimo desse frete, para que possamos sair desse impasse. Enquanto não tivermos essa nova proposta, nós vamos incorrer nos problemas da tabela antiga.

Então, é importante que o Governo agilize o processo e o Presidente sancione a lei, para que nós tenhamos, a partir da semana que vem, uma nova situação. Se a questão não puder ser resolvida administrativamente, que o Governo lance outra medida provisória para resolvê-la. Isso foi o combinado. Esperamos que a ANTT e o Ministério dos Transportes resolvam essa questão de uma vez por todas. Nós não podemos ficar neste impasse, sem caminhão para transportar, verticalizando frotas, empresas comprando caminhões. Isso inviabiliza o trabalho do nosso transportador autônomo, o que não é bom para ninguém. Temos que conciliar, fazer o equilíbrio desta conta e resolver este problema.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado, nobre Deputado Valdir Colatto.

Encerrado o período de discursos dados como lido.

Vamos passar a palavra agora aos oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer que falarei pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Deputado, havendo necessidade de elastecer o tempo, será feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Perfeito.

Sr. Presidente, quero agradecer ao meu partido a generosidade de me permitir usar o tempo da Minoria e dizer, com muito prazer, com muito...

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Deputado, V.Exa. usa o tempo do PDT. O ofício que eu tenho aqui, o requerimento é para o tempo do PDT. Pela Minoria, falará o Deputado Henrique Fontana.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Então, acho que houve um desentendimento. Está bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - O tempo de V.Exa. está estabelecido pelo PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Perfeito.

Eu quero, com muita honra e com muita alegria, anunciar aquilo que o Brasil já sabe, mas quero fazê-lo com minhas palavras: a candidatura do PDT à Presidência da República, a chapa Ciro Gomes e Kátia Abreu — ele, nosso Ministro, nosso Governador, nosso líder; ela, nossa Senadora, nossa liderança nacional dos produtores rurais, do agronegócio, mulher, empreendedora, valente, corajosa Kátia Abreu.

Digo isso com entusiasmo, Sr. Presidente, porque nós estamos com essa chapa fazendo aquilo que é a essência do nosso partido, o trabalhismo, que une o capital e o trabalho, o trabalho e o capital. Eles, como dizia Pasqualini, são como irmãos siameses: um não vive sem o outro. Nós sabemos que não existe capital sem trabalho e trabalho sem capital. E o capital é o resultado do trabalho acumulado quando nós nos juntamos aos trabalhadores e nos aglutinamos aos empreendedores. É o que estamos fazendo com a chapa Ciro Gomes e Kátia Abreu: unindo o Brasil que produz com o Brasil que trabalha.

O Ciro Gomes, que foi Deputado Estadual do Ceará, Deputado Federal nesta Casa, Prefeito de Fortaleza, Governador do Estado do Ceará, Ministro da Integração Nacional deste País, Ministro da Fazenda do Brasil, teve a chave do cofre do País nas mãos, e não deixou esse cofre cair no pé, como outros fizeram por aí e estão envolvidos na Operação Lava-Jato. O Ciro tem as mãos limpas, a cara limpa. Esse é o Ciro Gomes. E tem as mãos limpas não porque as lavou lá nas águas

das represas do Cantareira, em São Paulo, na sua Pindamonhangaba, onde nasceu, ou lá no Nordeste, onde fez a sua vida. O Ciro tem as mãos limpas porque nunca as sujou com o dinheiro imundo da corrupção. Esse é o Ciro Gomes que está aliado à Kátia Abreu, essa Senadora combativa, destemida, Ministra da Agricultura, mulher honrada, mulher que bem representa as mulheres brasileiras, por sua tenacidade, por seu vigor, por seu ímpeto e por sua coragem.

Está aí a chapa que vai vencer as eleições, porque o povo brasileiro não é bobo. Se nos comprarem por bobos, vão nos devolver de madrugada, porque vão ver que o povo brasileiro de bobo não tem nada. Esse é o desafio que está posto.

Por isso, eu tenho a minha crença, a minha convicção, o *animus*, o entusiasmo: a determinação do Ciro e a determinação da Senadora Kátia Abreu vão fazer com que o povo compreenda quem está mais bem preparado para esse embate, com melhor projeto, melhor conhecimento, estatura, postura, jeito, calma, equilíbrio e, acima de tudo, firmeza. Podem até dizer que o Ciro, às vezes, é um pouco boca braba, mas é melhor ser boca braba do que não ter boca para nada. Ele diz o que diz, fala o que sabe, conta o que vê, porque sabe e conhece e não tem rabo para puxar. Esse é o Ciro Gomes!

Com a Kátia Abreu, teremos uma chapa pura, PDT com PDT! A nossa coligação é com o Brasil, é com os brasileiros, é com a brasilidade, é com esse Brasil que tem 13 milhões de desempregados, 30 milhões de pessoas que estão no submundo da economia, abaixo da linha da pobreza, 60 milhões que estão no SPC.

Não dá para aceitar isso! Temos que nos levantar. O homem e o nome é Ciro! A mulher que está preparada é Kátia Abreu! Esses dois juntos vão governar o Brasil!

Sr. Presidente, quero aqui também deixar a minha posição clara em defesa do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do meu Banrisul, o banco de todos os gaúchos, a guaiaca do povo gaúcho. Eu defendo essas instituições, sou contra a privatização delas.

Já tentaram isso no Banco do Brasil, fazendo desmonte em agências, demitindo servidores, desmontando os seus quadros, que são os valores efetivamente do banco. Eu sou funcionário do banco. Posso dizer isso porque conheço.

A mesma coisa fizeram na Caixa Econômica Federal, fechando agências, demitindo funcionários, promovendo programas de demissão voluntária. Enfim, tentaram defenestrar as duas instituições.

O PDT, no governo, resistirá! O PDT, no governo, manter-se-á aceso! O PDT, no governo, estimulará o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. E não será diferente com o nosso Banrisul!

Governante de país nenhum, governante de Estado algum, pode ser eleito para ser leiloeiro, para vender o patrimônio da Nação, para vender o patrimônio dos Estados.

O Banrisul tem um quadro de servidores qualificados, preparados; é um banco rentável, um banco saudável, um banco lucrativo, um banco zeloso, que é bem cuidado e que precisa ser estimulado.

O PDT, uma vez governando o Rio Grande do Sul, não tenho dúvida, vai respeitar esses valores, estimular esses quadros de servidores para que o banco seja maior, melhor, positivo, atrativo, afirmativo como tem que ser um banco estatal, resistente. Ele é um dos poucos bancos estaduais que resistiram neste País. É o nosso querido e amado Banrisul.

Banrisul, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, bancos públicos, têm o respeito, a mão, o carinho, o coração, o jeito, a determinação do PDT para estimular o seu trabalho e as suas atividades.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado, nobre Deputado Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Floriano Pesaro. Em seguida, falará o Deputado Alex Canziani.

O SR. FLORIANO PESARO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui anunciar que o Poder Executivo voltou atrás e modificou a medida provisória que retirava recursos do esporte e da cultura. E mais: acatou emenda de minha autoria, que destina recursos adicionais ao Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, programa que ajudei a criar e do qual fui o primeiro diretor, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o saudoso Ministro da Educação Paulo Renato.

Cultura e esporte geram emprego e renda, aumentam a arrecadação de impostos, promovem desenvolvimento local e humano e, o mais importante, protegem nossos jovens do assédio do crime.

Garantir a volta dos recursos ao esporte e à cultura não foi uma vitória de um homem só. Isso foi conquistado com o apoio de várias organizações da cultura, do esporte e de seus dirigentes que, diante do desafio, não pouparam esforços.

Entre tantos, faço questão de citar meus grandes parceiros Lars Graef, Luis Sobral, Eduardo Saron e Paulo Movizzo, que, no esporte e na cultura, não mediram esforços para que essa vitória pudesse se consolidar. Destaco ainda o empenho do Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão, grande defensor da nossa causa.

Hoje entro nesta Casa com a sensação de dever cumprido.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em outros meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - A solicitação de V.Exa., Deputado Floriano Pesaro, será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente gostaria de dizer que, na última segunda-feira, estivemos num evento com as mais significativas e importantes entidades do Paraná, que é a AECIC — Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba. Este é um evento muito importante no Paraná. A AECIC congrega praticamente 25% do PIB do Estado com as indústrias que lá se instalaram. Anualmente são homenageadas lideranças que ajudam no fortalecimento da AECIC. O Prefeito Rafael Greca foi o homenageado deste ano.

Além de vermos o reconhecimento do trabalho que o Prefeito Rafael Greca vem fazendo na cidade de Curitiba, nós pudemos assistir a uma aula de oratória. O Rafael Greca, que já foi Deputado, Ministro, Secretário, Prefeito anteriormente da Capital do Paraná, é, sem dúvida alguma, um dos maiores oradores deste País. Ele teve a oportunidade de fazer um relato da situação em que pegou a Prefeitura da cidade de Curitiba, das ações que vem realizando para fazer uma mudança significativa na viabilização de oportunidades, na melhoria da infraestrutura, enfim de uma série de ações importantes que vem fazendo no Município.

Eu quero aqui parabenizar a AECIC, o Prefeito Rafael Greca, o Vice-Prefeito Eduardo Pimentel e toda a equipe da Prefeitura pelo trabalho que estão fazendo à frente da nossa querida cidade de Curitiba, a nossa Capital.

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz aqui nesta tarde é a convenção que nós tivemos no último fim de semana, na qual a nossa coligação, a maior do Paraná, decidiu lançar a Governadora Cida Borghetti para o Governo do Estado. A Governadora Cida vem fazendo um belo trabalho no Paraná, um trabalho firme, com muita dedicação, viabilizando vários projetos importantes no nosso Estado. Ela reuniu uma coligação muito ampla, com vários partidos. O seu vice será o Coronel Malucelli, uma pessoa também de vida ilibada na Polícia Militar. E eu tive o privilégio de ser o candidato ao Senado da República, juntamente com o ex-Governador Beto Richa.

Em cinco mandatos de Deputado Federal nesta Casa, convivemos com as maiores lideranças políticas do nosso País, tivemos a oportunidade de trabalhar muito fortemente na área que eu acredito ser a mais importante para o fortalecimento de um país, que é a educação. Não há como se falar de um país com melhores oportunidades se não for exatamente através da educação.

Nós, que ao longo desses anos procuramos dar a nossa contribuição, o nosso trabalho, o nosso entusiasmo, para melhorar aquilo que é fundamental para o futuro do País, que é a nossa educação, estamos lançando o nosso nome como candidato ao Senado da República, juntamente com o ex-Governador Beto Richa, e vamos percorrer o Estado do Paraná levando a nossa ideia, o nosso entusiasmo, a nossa vontade de ser um Senador em prol do nosso Estado, de trabalhar em prol do fortalecimento do nosso grande Paraná.

Então, eu quero deixar aqui registrada a nossa gratidão a todos os partidos que compõem a nossa aliança, a todos aqueles partidos que estão junto com a Governadora Cida Borghetti, aos vários Deputados Federais e Deputados Estaduais que estão conosco nessa caminhada. Quero dizer que não existe disputa fácil, não existe eleição ganha. É preciso trabalharmos muito para que possamos chegar à vitória. E, mais do que à vitória individual, nós haveremos de chegar à vitória do nosso Estado do Paraná, à vitória da nossa gente.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar registrada, no plenário da Câmara dos Deputados, a nossa alegria em relação a esse novo desafio, a essa nova oportunidade de colocar o nosso nome para que o Paraná possa avaliar toda a nossa trajetória política, os dois mandatos como Vereador, como Vice-Prefeito, os cinco mandatos de Deputado Federal. Espero que nós tenhamos a capacidade, se Deus nos abençoar com essa vitória, de lá no Senado continuar com o mesmo entusiasmo, com a mesma vontade, com a mesma dedicação, trabalhando em prol do nosso Estado e do nosso País, com o foco muito claro naquilo que nos move, que é trabalhar pela educação do povo brasileiro.

Parabéns a todos os Srs. Deputados! Que Deus nos abençoe nessa caminhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Tem a palavra, para dar como lido o seu pronunciamento, por 1 minuto, o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/AVANTE - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, alagoanos, o Supremo Tribunal Federal tem usurpado os poderes do Congresso Nacional, da Câmara Federal.

Outro dia o Supremo estava decidindo pelo fim das vaquejadas no Brasil. O Congresso Nacional, a Câmara Federal, urgentemente apresentou um projeto e acabou com essa pouca vergonha de interferência do Supremo Tribunal Federal nesta Casa, e foi liberada a vaquejada.

A Ministra Rosa Weber tem feito audiências públicas para discutir o aborto. Aborto é competência do Congresso Nacional — é nossa! —, e não do Supremo Tribunal Federal, Presidente. As prerrogativas para discutir legislação são do Parlamento. O povo nos elegeu, Deputados Federais e Senadores, para legislar. Não é dada competência ao Supremo Tribunal Federal para dizer se vai haver aborto ou não. É lamentável que o Supremo Tribunal Federal queira intervir.

Mas, senhores eleitores, aqui é uma televisão aberta para o Brasil. Os senhores vão votar agora. É importante que aqueles que são contra o aborto perguntem ao seu Deputado: *“O senhor é contra ou é a favor do aborto?”* Aqueles que são a favor, se você for dessa linha, elejam esses Deputados. Nós temos que tomar decisões para não deixar o Supremo Tribunal Federal intervir aqui dentro.

É por isso, Sr. Presidente, que eu estou entrando com um requerimento, juntamente com a bancada católica, para fazer aqui na Câmara um debate — essa prerrogativa é nossa — sobre o aborto. Não ao aborto!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Mandetta, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. MANDETTA (DEM - MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que se acrescente o tempo do Pequeno Expediente.

Meus nobres pares, venho de uma caminhada de dois mandatos. Quando tomei a decisão, junto com os jovens do meu Estado, representando a saúde pública, em 2009, de me filiar a um partido político, eu o fiz num momento político extremamente complexo, quando os nossos princípios se confrontavam com a popularidade, então, do PT. Naquele momento, por acreditar nos meus princípios, filiei-me ao Democratas.

Fizemos uma caminhada em 2009 para as eleições de 2010, pregando com os jovens, pregando com a família. Quem me representava nas reuniões eram os meus filhos, minha mãe, meu pai, meus irmãos, amigos, voluntários, todos eles com ideários de uma nova pauta política firmada em princípios que não se negociam e sempre pautados pela coerência.

Cheguei a este Parlamento com 78.733 votos. Aqui chegando dediquei-me integralmente à Comissão de Seguridade Social e Família, cuja pauta é a dos mais necessitados, dos mais carentes, daqueles que dependem da assistência social, daqueles que dependem do SUS, daqueles que dependem da Previdência, além de tratar dos temas da família, dos negros, dos quilombolas, das mulheres. Esses temas são os meus temas. No segundo ano de mandato, eu tive a honra de presidir essa Comissão e ali estabelecer um divisor de águas na condução da política de seguridade social.

Foi nessa Presidência que consolidamos as dívidas das instituições filantrópicas. Pela primeira vez o País ficou sabendo da dívida de 15 bilhões de reais das filantrópicas, que cresciam a um ritmo de 600 milhões de reais ao ano. Foi na Presidência dessa Comissão que aprovamos a Lei do Autismo e a colocamos no texto constitucional, retirando o deficiente autista do limbo em que se encontrava e dando luz aos pais e amigos dos excepcionais e dos autistas.

Foi ali, naquela trincheira, que ficou claro o meu posicionamento no sentido de que tivéssemos uma saúde de brasileiros para brasileiros; uma saúde em nível de igualdade, e não uma saúde para ricos e outra para brasileiros. Foi ali que estabeleci claramente que não se negociam princípios, não se negociam valores. O Programa Mais Médicos negociava pessoas: era o Estado brasileiro negociando com o Estado cubano. A força de trabalho dos médicos tinha o salário cooptado pelo Governo cubano. Essa prática é crime, pelo pacto de Genebra; isso viola a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esses mesmos trabalhadores não têm o direito de ir e vir, nem o direito de trazer ao País as famílias e os filhos. Isso está errado e fere de morte a Constituição brasileira, e aqui defendi esse posicionamento duramente.

É ali, naquela trincheira, que defendi termos uma saúde de brasileiros e para brasileiros de boa qualidade. Foi ali que, ao término do mandato de 2010/2014, fui levado novamente a apresentar o meu nome para a população do meu Estado. Este é o desafio da reeleição, quando se coloca o mandato em discussão.

Fui reeleito pelo Estado de Mato Grosso do Sul para mais 4 anos, nesta Legislatura, quando conheci e reconheci vários valores, várias pessoas que aqui militam na causa da segurança — como o Presidente desta sessão —, na causa da saúde pública, na causa da educação, pois valorizo todos, inclusive aqueles que fazem política criticando a política, aqueles que fazem a política do deboche. Esses estão fazendo uma política mesquinha, pequena, mas os reconheço como atores deste tempo.

Nesta Legislatura, solidarizei-me sempre com as pessoas que para cá me trouxeram. Nunca negocie meus princípios. Votei "Fora, Dilma", "Fora, Cunha" e "Fora, Temer", porque era o correto a ser feito. É nesta trincheira do Parlamento, nesta Câmara "anti-César", e não "ave, César" — e muitas vezes caí de joelhos perante interesses mesquinhos, perante o interesse daqueles que querem a justiça diminuída, perante o interesse daqueles que debocham da coisa pública —, que travei todo o debate para o qual eu me preparei com a força do meu pai, Hélio Mandetta, e de minha mãe, Maria Olga Solari Mandetta.

É para cá que trago os meus valores, os mais caros, cultuados nos Colégio Salesiano Dom Bosco. Por isso a minha defesa intransigente no meu mandato à vida desde a concepção. Não admito um embrião nidado num útero ter o direito de nutrição interrompido. Foi aqui onde defendi intransigentemente e votei um projeto polêmico, não deixando que menores de 18 anos fossem presos por lesões corporais em brigas típicas da adolescência.

Aqui neste plenário me coloquei contrariamente àquela reforma da Previdência não negociada com os trabalhadores, para acertar a conta desse buraco de contas públicas cavado pela política econômica incapaz, pequena e rasteira do Governo do PT. E, agora, o Presidente que aí está, eleito pelo PT, cria das negociatas do PT com o PMDB, quer fazer o ajuste econômico exatamente diante daqueles que menos podem ter voz neste plenário.

Falo com base em tudo o que vivi, com base no quadro político do meu Estado, onde as forças políticas agonizam, onde há um tensionamento, não por ideias, não por princípios, não por causas que eu possa defender, mas simplesmente uma discussão de nomes, apequenada, de um Estado que não sabe pôr na agenda o estrangulamento da logística. E nós vemos uma enorme ferrovia brasileira, que cruza o País de leste a oeste, de Três Lagoas a Corumbá, que entra na Bolívia e avança por São Paulo, apodrecer a olhos vistos. E aí eu concordo com Cazuza: *"Quem é que paga por isso?"*

Eu vejo um Estado com a maior pérola ambiental do mundo, o Pantanal, ter o seu debate reduzido a quem pode desmatar sem licença ou com licença. É ali, naquele Estado do maciço florestal do polo industrial de Três Lagoas, monotemático, em que há o impacto do progresso e uma cidade machucada; é ali, no meu Mato Grosso, que os debates me são caros, de uma fronteira que está escancarada e através da qual armas AR-15 chegam ao morro do Rio de Janeiro e à fronteira da Bolívia com o Paraguai, onde a cocaína e a maconha, as drogas, entram no território brasileiro. Todo mundo sabe e todo mundo finge que não vê, porque há de haver a resposta a Cazuza: *"Quero ver quem paga pra gente ficar assim?"* Alguém está pagando por isso.

Com base em toda essa vida política que militei nesta Câmara dos Deputados, com base no respeito com que sempre tratei a minha oposição, com base em todo o respeito que tive por aqueles de pensamento contraditório, aos quais jamais tratei com deslealdade, e com base no quadro que encontro no meu Estado, não vou disputar as eleições de 2018. Não coloquei o meu nome na convenção, não participo de causa em que não acredito, seja ela de qualquer matiz. Poder pelo poder jamais me encantou.

Meus eleitores, a Medicina brasileira está muito desprestigiada por esta Casa e corre riscos com essa abertura pornográfica de escolas em locais sem condições, com toda essa política porca de se fazer educação a distância para as demais profissões de saúde, formando enfermeiros a distância, formando fisioterapeutas a distância, com números absolutamente escandalosos, política que só interessa aos grupos econômicos da educação. Posicionem-se contra quando essa matéria vier ao plenário e não cedam ao *lobby* dos grandes grupos econômicos que estão por trás disso. Não cedam aos grupos lobistas da educação. Zelem pela educação, a única ferramenta capaz de quitar a grave dívida social em que nós nos metemos. Não será através de cartões de "toma lá, dá cá", de curral eletrônico de votos. O ser humano tem que ter dignidade. E, como dizia Luiz Gonzaga, a esmola *"ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão"*.

Não somos um país de pobres e ricos; somos brasileiros. A liga social foi rota. Há necessidade de uma liderança nacional para se recompor um projeto de nação. Nós somos um bando, nós somos um povo olhando e procurando quem poderá nos liderar. Não será com conluios feitos a portas fechadas ou a celas fechadas que haveremos de achar a saída.

Mas acontecerá essa saída, vencida pelas urnas, e eu estarei lá, como eleitor brasileiro, como alguém...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Obrigado, Deputado.

Por acordo com o Deputado Hugo Motta, vou conceder a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de justificar a minha presença, porque não pude registrá-la no painel nem de manhã nem agora à tarde. Eu estava na Comissão de Seguridade Social e Família, inclusive votei o relatório de minha autoria.

Faço este registro para não levar falta. Estou presente nesta convocação esdrúxula e é injusto levar falta estando presente na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País vive uma crise profunda, uma crise institucional, uma crise política e econômica gravíssima. Essa crise nasce de muitas questões, mas o momento central e crucial que empurrou o País para a verdadeira anarquia institucional e de quebra da democracia que vivemos hoje foi, sem dúvida, centralmente, o desrespeito ao voto do cidadão e da cidadã brasileiros. O golpe parlamentar, a aposta no vale-tudo para chegar ao poder pelo atalho do golpe, a desestabilização da economia, a aventura de derrubar o voto direto do povo brasileiro como mecanismo para chegar ao poder gerou a quebra do pacto que a Constituição brasileira garantiu, qual seja, "*todo o poder emana do povo*". Portanto, só o povo, através do voto direto, pode escolher os seus governos. O resultado aí está.

O Governo Temer que governa junto com os partidos que apoiam Alckmin, o Governo Temer que foi constituído com o apoio daqueles que hoje tentam construir a candidatura Bolsonaro é um verdadeiro desastre para o Brasil. A economia agoniza, o desemprego cresce, a dívida pública aumenta, a desmoralização das instituições é cada vez maior.

Porém, temos, Deputado Waldenor, a grande oportunidade de nesses 60 dias repactuar o País. Para isso é preciso colocar algo como a mais importante parte de um acordo de repactuação do Brasil e da democracia brasileira. E qual é essa necessidade? A de que o povo brasileiro possa escolher, com liberdade, quem ele quer ver governando o nosso País.

Por isso, neste último final de semana, nós do Partido dos Trabalhadores constituímos aliança com o PCdoB, com o PROS, com o PCO, com amplos setores do Partido Socialista Brasileiro, e lançamos a candidatura de Lula a Presidente do Brasil.

Lula está lançado com Haddad e Manuela. Os dois são os candidatos a Vice-Presidente. As pessoas perguntam: "*Pode-se inscrever dois candidatos a Vice-Presidente?*" É evidente que não. Mas, neste momento em que enfrentamos a dura situação de um estado de exceção, de uma democracia que se foi, de um Supremo e de um Judiciário que não garantem o Estado Democrático de Direito no País, nós estamos lutando em condições adversas, Deputado Waldenor, para garantir o direito de milhões e milhões de brasileiros que querem votar em Lula para Presidente.

Não se trata da defesa de Lula. Trata-se da defesa democrática de milhões de pessoas que enxergam na candidatura de Lula a possibilidade de recuperar uma vida melhor e, acima de tudo, retomar um projeto de nação, que é o que foi perdido dia a dia após a chegada de Temer, através de um golpe, no poder.

Nós vamos trabalhar muito nas próximas semanas. Fernando Haddad e Manuela d'Ávila, nossos dois grandes quadros escolhidos para serem os nossos Vice-Presidentes, andarão pelo Brasil, debaterão com o Brasil o nosso programa, programa esse que, entre tantas outras medidas, quer retomar a justiça tributária neste País, quer introduzir um imposto sobre lucros e dividendos — como há em todos os países desenvolvidos do mundo —, quer introduzir um imposto adequado sobre transmissão de heranças, sobre grandes fortunas, para financiar um grande projeto educacional e de requalificação da saúde pública no País.

Nós trabalharemos, Sr. Presidente, em todos os recantos deste País para que, ao longo desses 60 dias, o povo brasileiro possa se reencontrar com a democracia e com um caminho de crescimento, de desenvolvimento, de geração de empregos que recupere para todos os trabalhadores do País o direito a um emprego digno. Nós queremos voltar àquela situação de quase pleno emprego que tínhamos no fim de 2014, quando a elite do atraso entrou para organizar um golpe de Estado e frear o desenvolvimento de um projeto nacional.

A elite do atraso, é bom que se lembre, já levou Getúlio ao suicídio, já derrubou Jango para implantar uma ditadura militar, já tentou impedir — e impediu — Juscelino de ser candidato. Essa elite do atraso é o grande problema desta Nação.

A ampla maioria do povo brasileiro, formada por um povo trabalhador, por agricultores, é a solução para o País. Eu tenho dito em todas as tribunas e repito aqui: nós não podemos baixar a cabeça e olhar para o lado da desesperança. É hora de

muita força política, de muita ação, para garantir que estas eleições sejam disputadas em condições de dignidade, dentro das regras e dentro da lei.

Para isso, Lula precisa ter o seu direito como candidato respeitado.

Quem quiser derrotar Lula poderá construir a campanha de Alckmin, de Bolsonaro ou de quem entender, mas nós não podemos aceitar que se retire, do mesmo jeito que rasgaram 54 milhões de votos que foram dados pelo povo brasileiro para que Dilma fosse a nossa Presidenta, no tapetão, aquele que é o preferido do povo brasileiro para governar este País.

Quero declarar minha solidariedade aos oito companheiros e companheiras dos movimentos sociais que estão em greve de fome num ato extremo neste momento, para garantir que o Supremo Tribunal Federal julgue as duas ações declaratórias de inconstitucionalidade que podem garantir a liberdade para Lula.

E quero dizer também, desta tribuna, que aqueles que como eu querem votar em Lula devem continuar firmes ao lado de Haddad e de Manuela D'Ávila, nessa grande coligação que se constituiu com o PSB, PCdoB, PT, PCO, PROS, porque nós temos maioria social. E lembrem sempre: Alckmin é a continuidade de Temer, Alckmin é o candidato do golpe, Alckmin e Bolsonaro colocaram o País nesta crise da quebra da democracia que nós vivemos hoje!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Passarei a palavra, por 1 minuto, aos Deputados Jorginho Mello, Chico Lopes e Gilberto Nascimento.

Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de usar o meu tempo de 1 minuto para lamentar e deixar aqui a minha angústia e minha revolta pela morte de mais uma policial militar em São Paulo.

A policial Juliane dos Santos Duarte foi barbaramente assassinada nesta última semana. Era uma policial exemplar, uma policial querida por todos seus amigos, todos seus colegas policiais militares. Lamentavelmente, ela foi barbaramente assassinada, em condições que ainda serão investigadas, e foi largada no porta-malas de um automóvel.

Nossa solidariedade à gloriosa Polícia Militar de São Paulo, aos parentes, aos familiares, à mãe, ao sobrinho que nasceu anteontem, dessa nossa brava e heroica policial militar, Juliane. Meus sentimentos à família e meus sentimentos também a toda família da Polícia Militar do nosso grande Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Tem a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Deputados e fazer um registro sobre o Projeto de Lei nº 9.308, de 2017, de minha autoria, que acabei de aprovar na Comissão de Educação, que cria e dá identidade às universidades comunitárias, que até então não existiam no Brasil. Havia universidades públicas e privadas e agora há comunitárias também. Só no meu Estado há 16 universidades que somam 160 mil alunos.

Estava presente o Presidente da ABRUC — Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior, Prof. João Otávio Bastos Junqueira. Aprovamos o projeto lá na Comissão com a relatoria do Deputado Pedro Uczai.

Então, eu quero cumprimentar todas as universidades comunitárias do Brasil, porque essa lei era um desejo de todas elas. Elas ajudaram a escrever o projeto, nós o construímos e o transformamos em lei.

Quero pedir também, Sr. Presidente, que considere a minha presença, pois estava na Comissão de Educação, aprovando este projeto, enquanto aqui havia reunião plenária de manhã.

Era este o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para dizer que estivemos reunidos na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, com a Senadora Fátima, para reivindicar que, cada vez mais, o Governo Federal aumente o número de bolsas e também o orçamento do programa.

O PIBID está formando diversos estudantes para a questão profissional, e é importante o crescimento do maior número de estudantes compondo o programa, para dar a eles uma profissão com conhecimento e, cada vez mais, melhorar o seu padrão de vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer a concessão da palavra e cobrar do Governo do Estado que tome providências imediatas para pagar o déficit da área da saúde para o Hospital São José, em Ituiutaba. Este é um problema que já estamos falando há muito tempo, e o Governo infelizmente não vem cumprindo suas obrigações.

Chegou-se ao ponto de o Hospital São José paralisar suas atividades, pois há atraso de pagamento de servidores na área da saúde, e isso virou um caos, porque este que é hospital na região do Pontal que atende pelo SUS a vários Municípios da região, mais de 300 mil habitantes. Este é um problema realmente sério e gravíssimo.

Solicitamos que o Governo cumpra sua obrigação e pague o mais rápido possível o Hospital São José. A população de Ituiutaba e da região não pode se encontrar mais nessa situação.

Temos cobrado também para se fazer um reajuste em relação à tabela do SUS. O Deputado Elismar Prado fez o mesmo. Esperamos a resposta positiva do pagamento para o Hospital São José nos próximos dias.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO WELITON PRADO.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Motta, por até 25 minutos.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, cumprimento a todos na volta aos trabalhos após o recesso parlamentar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que iremos trazer à tribuna, na tarde de hoje, assuntos de grande importância para o meu Estado da Paraíba, para a nossa região, o Sertão e — por que não dizer? — para a população paraibana, que, com certeza, espera dos seus políticos, dos seus representantes, uma atuação que possa significar a melhoria na qualidade de vida do nosso povo.

Começo abordando um tema de fundamental importância para todo o País, e na Paraíba não é diferente: a saúde do nosso Estado. Nós temos uma população que pede, que clama, que exige dos seus governantes uma saúde melhor a cada dia. E nós temos tido aqui a oportunidade de poder ajudar para que a saúde da Paraíba possa ser melhor.

Cito a principal obra, a principal ação que o nosso mandato aqui defende e que, em breve, será uma realidade: o Centro de Oncologia de Patos, que será denominado Hospital do Bem. O Hospital do Bem terá a finalidade de, depois de muitos anos sendo um sonho da população sertaneja, levar o primeiro centro especializado no tratamento de câncer do Sertão do Estado.

Hoje as famílias, os portadores de câncer, para terem acesso ao tratamento, têm que se deslocar por milhares de quilômetros para chegar à Capital do Estado, porque só lá, no Hospital Napoleão Laureano e, em menor escala, no Hospital da FAP em Campina Grande, há a possibilidade de se receber um tratamento adequado, com profissionais preparados, e realmente se ter o tratamento de câncer garantido pelo SUS, principalmente às famílias mais carentes.

Começamos aqui, há quase 2 anos, essa luta para que o Centro de Oncologia, o Hospital do Bem, possa ser uma realidade na cidade de Patos, para atender o Sertão do Estado.

As obras foram concluídas há algum tempo. Estão sendo feitas, agora, as últimas modificações, alterações exigidas pelo Ministério da Saúde para que o Hospital do Bem possa ser aberto.

Nós tivemos um papel fundamental junto ao Ministério da Saúde, conseguindo a garantia do credenciamento dos serviços. O Ministério da Saúde irá custear os procedimentos, as consultas, as biópsias, a central de diagnóstico de câncer, mandando recursos para que o Hospital do Bem possa funcionar com a finalidade de realizar não só o diagnóstico, mas também o tratamento de quimioterapia.

E a emenda parlamentar que cabia à bancada da Paraíba nós a indicamos para o custeio do Hospital do Bem — os recursos já estão em conta e totalizam mais de 8 milhões e 300 mil reais — para que ele possa ser aberto, já que os recursos do Ministério da Saúde só chegam ao hospital, para esses procedimentos que serão realizados, em média, após 3 meses de funcionamento, período em que o hospital comprova que está realmente funcionando.

Então, para nós, foi motivo realmente de muita alegria ver esse sonho antigo do povo sertanejo, da população paraibana se tornar realidade. Nós sabemos o quanto é sofrido, o quanto é doloroso, o quanto é difícil, não só para portadores de câncer,

mas também para suas famílias, esse tratamento. E quando esse tratamento não se encontra próximo da cidade do portador de câncer, ele se torna ainda mais difícil. A pessoa passa a depender do Prefeito, a depender das condições da família, para ter acesso a transporte e, a partir daí, tentar conseguir o tratamento de câncer em uma cidade maior, em um grande centro.

Com a abertura desse hospital, nós temos a interiorização da saúde, com qualidade, na média e alta complexidade. E isso possibilitará ao Sertão do Estado atender aos portadores de câncer sem que eles tenham necessariamente que se deslocar para a Capital do Estado para poder ter direito de receber um tratamento de qualidade.

Como médico, como sertanejo, como cidadão do Estado, eu fico muito feliz de poder estar aqui, como Deputado Federal, vivenciar este momento e saber que o nosso mandato foi importante para que o Hospital do Bem, o Centro de Oncologia do Sertão da Paraíba, se torne realidade.

O Governador Ricardo Coutinho, com que estivemos visitando *in loco* as obras, garantiu que, o quanto antes, esse hospital será aberto. Algumas mudanças, como falei aqui, estão sendo feitas, para que o hospital seja aberto e possa atender a população sertaneja.

E temos uma preocupação muito grande em destinarmos recursos também na área da saúde para o esgotamento sanitário de diversas cidades do interior da Paraíba. Com a FUNASA, temos atuado fortemente, porque entendemos que investir em esgotamento sanitário é apostar no amanhã; é garantir que as gerações futuras, as crianças, os adolescentes, vivam uma realidade melhor do que vivemos nos dias de hoje.

Uma das grandes tarefas do ser humano é melhorar o mundo para que as gerações futuras vivam melhor. Para nós que estamos na política, essa responsabilidade passa a ser cada vez mais forte, porque a população dos nossos Estados tem em nós a esperança de melhores dias, a esperança de representação dos seus verdadeiros interesses e anseios.

A Sra. Janete Capiberibe - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Aguarde 1 minuto, Deputada Janete.

Então, nós conseguimos destinar recursos importantes, consideráveis para os Municípios Tavares, Gurjão, Boa Ventura, Maturéia, Teixeira e Princesa Isabel, para que obras de esgotamento sanitário possam ser feitas, melhorando a qualidade de vida do povo desses Municípios.

Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A Sra. Janete Capiberibe - Muito obrigada, Deputado Hugo Motta. Este aparte é para parabenizá-lo pela informação tão importante que traz de que o Hospital do Câncer de Barretos realiza a implantação do Hospital do Bem no seu Estado da Paraíba, possivelmente na Capital. Isso me chamou a atenção, porque, junto com o Deputado Federal Marcos Reategui, que é do nosso Estado do Amapá, a bancada do Amapá, três Senadores e seis Deputados Federais, colocamos emenda, cada um no valor de 1 milhão e 900 mil reais, para o Hospital de Barretos construir essa sua extensão na Capital do nosso Estado com o mesmo objetivo que V.Exa. coloca agora no seu discurso. Ainda fazendo parte do projeto inteiro, para minorar o sofrimento das pessoas vítimas de câncer no nosso Estado, entregamos uma carreta, que percorrerá o Estado inteiro, para fazer o levantamento, a prevenção, levar essas pessoas até a Capital e salvar vidas. Então, eu parabenizo V.Exa., que é um jovem Deputado, pela preocupação que tem com a saúde da população do seu Estado, o que o me dá a oportunidade de também colocar o nosso projeto no meu querido Estado do Amapá. Muito obrigada.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Agradeço a V.Exa. As cobranças da população, Deputada Janete Capiberibe, acerca do tratamento de câncer é realmente muito presente, porque não se encontra um tratamento especializado de qualidade principalmente no interior dos Estados brasileiros. O nosso desafio é justamente levá-lo para perto das que precisam e têm que se deslocar às cidades maiores, geralmente as capitais dos Estados, como na Paraíba, o que é um sofrimento muito grande para a população. Parabéns também a V.Exa. e à bancada do Amapá por essa luta de combate ao câncer!

Então, nós conseguimos esses recursos importantes para obras de esgotamento sanitário nos Municípios que aqui citei. E hoje, ao lado do Prefeito Dr. Ailton, nós fomos à FUNASA e garantimos mais 6 milhões de reais para a segunda etapa do esgotamento do Município de Tavares. Inauguramos a primeira etapa num investimento de mais de 5 milhões e agora garantimos mais 6 milhões de reais, para que a segunda etapa do esgotamento do Município de Tavares também possa ser feita.

Com certeza, esses Municípios após essas obras de esgotamento terão uma qualidade de vida melhor, uma saúde melhor, uma população vivendo melhor, o que sem dúvida alguma é o maior objetivo do nosso mandato.

Nós temos também investido fortemente através das nossas emendas na reforma e ampliação de hospitais no interior do Estado.

Colocamos quase 1 milhão de reais no Município de Tavares, para que o hospital possa ser completamente reformado e ampliado, e também para o Município de Teixeira. Os 900 mil reais que colocamos serão investidos na reforma e ampliação do hospital e na compra de um aparelho de raios X, para melhorar a qualidade do atendimento de saúde no Município de Teixeira, Sertão da Paraíba.

Já no Município de Mamanguape, nós colocamos 4 milhões de reais; desses, 3,1 milhões serão investidos num centro de imagem. Serão comprados equipamentos, tomógrafos, mamógrafos, aparelhos de ultrassonografia, de endoscopia e colonoscopia. Num Município importante no Vale do Mamanguape, teremos a oportunidade de dispor de um centro de imagem para atender a toda essa região, contando com o grande trabalho que vem realizando a Prefeita Eunice.

O nosso compromisso com a saúde percorre todas as regiões da Paraíba. Além desses recursos que aqui citei de esgotamento sanitário, temos distribuído também ações em custeio da saúde para diversos Municípios, como Conceição, Santa Luzia e todos os Municípios em que temos atuação política.

Acreditamos que esse investimento no custeio dá condição de o Prefeito, por meio da Secretaria de Saúde, prestar um melhor serviço para a população, conseguir que as Unidades Básicas de Saúde possam funcionar com qualidade, abastecer as farmácias dos Municípios e garantir que os procedimentos e as consultas sejam realizadas com responsabilidade, atendendo à população dos seus Municípios com dignidade e qualidade na saúde.

Concedo um aparte ao Deputado Danilo Forte.

O Sr. Danilo Forte - Eu queria apartear-lo, Deputado Hugo Motta, para parabenizá-lo pela sua consciência, dever cívico e presteza em estar sempre aqui defendendo os pleitos do Estado da Paraíba. V.Exa. tem uma revelação saudável numa política de tanto descrédito como a que vivemos no Brasil de hoje, em que as pessoas não acreditam mais na política nem nos políticos. Nós temos que acreditar em jovens lideranças como o Deputado Hugo Motta. Parabéns pelo seu trabalho. A Paraíba é muito bem representada nesta Casa pelo digníssimo trabalho que V.Exa. exerce em nome do povo paraibano.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Agradeço a V.Exa., com quem tive a oportunidade de conviver desde que cheguei. Estamos juntos nesse segundo mandato. Aprendi muito com a larga experiência que V.Exa. tem na política, quando Presidente da FUNASA e agora aqui, representando tão bem o Estado do Ceará.

Temos também uma preocupação muito grande com a cidade de Patos. Essa cidade tem recebido recursos importantes e é um verdadeiro canteiro de obras devido às ações e recursos que conseguimos aqui, junto ao Governo Federal.

Cito as ações de macrodrenagem, como os canais de Novo Horizonte e de Noé Trajano, as ações na área do esporte, como o CIE — Centro de Iniciação ao Esporte, a construção de uma vila olímpica, os investimentos em quadras poliesportivas em diversos bairros da cidade, os investimentos na área da saúde, como os equipamentos para UPA, a construção do CAPS — Centro de Atenção Psicossocial e a construção de diversas unidades de saúde e academias de saúde.

Destinamos quase 5 milhões de reais para investimentos na área da cultura na construção do primeiro teatro da nossa cidade, que — por que não dizer? —, quando ficar pronto, será o melhor teatro do sertão da Paraíba.

Levamos para Patos o maior programa de calçamento de ruas. Mais de cem ruas foram calçadas por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal pelo FGTS de 15 milhões de reais.

Conseguimos investimentos para a malha asfáltica. Patos tem uma das melhores malhas asfálticas do interior do Nordeste brasileiro graças ao nosso trabalho. Esses investimentos são importantes para a qualidade de vida da população, melhorando o trânsito e a mobilidade urbana entre os bairros mais distantes e valorizando os imóveis. Acreditamos que esses investimentos são vetores importantes para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade.

Essas construções de praças e creches foram ações que verdadeiramente fizeram da nossa cidade uma cidade melhor, ao longo desse período em que estamos representando Patos aqui na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Recentemente, conseguimos recursos para a compra de uma *van* para a APAE do nosso Município. Os 130 mil reais estão em conta, aguardando a licitação por parte da Prefeitura, para que o veículo possa ser entregue a essa instituição tão importante, que presta um belo serviço em nossa cidade.

Temos desafios, como, por exemplo, conseguir recursos para a construção da Alça Oeste, que irá desenvolver muito a cidade de Patos, interligando a BR-230 e a BR-361, criando mais um corredor de crescimento, desafogando o trânsito, agilizando a vida das pessoas que passam pela cidade de Patos para irem ao Vale do Piancó e para virem do Vale do Piancó e irem à Capital e a Campina Grande. Com certeza, essa alça desenvolverá muito a nossa cidade e ajudará a melhorar a mobilidade urbana e o desenvolvimento de Patos e de todo o Sertão da Paraíba.

Temos também o desafio relacionado ao aeroporto da nossa cidade. Levamos até lá os técnicos da Azul Linhas Aéreas, que já manifestaram interesse em expandir a sua malha aérea e investir no interior da Paraíba. A cidade de Patos, após ter

seu aeroporto em condições, será, sim, mais uma cidade a contar com voos regulares. Isso será importante demais para o desenvolvimento de toda a região. O nosso desafio agora é agilizar uma parceria entre o Governo Federal, a Secretaria de Aviação Civil e o Governo do Estado, para que, por meio de um investimento conjunto, o Aeroporto de Patos tenha condições de receber os voos que as grandes empresas levarão para o interior do Estado, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da nossa cidade e da nossa região. Já estamos cobrando isso e vamos fortalecer essa cobrança, para que o aeroporto possa funcionar o quanto antes da forma como os patoenses e todos nós sertanejos sonhamos.

Meus amigos, eu gostaria também de mencionar a importante atuação do nosso mandato em defesa da pesca na Paraíba. Eu gostaria de fazer um agradecimento ao Governador Ricardo Coutinho e de parabenizar Jerônimo Júnior, que, no dia de ontem, foi nomeado Secretário Executivo da Pesca na Paraíba. Ele já tem uma experiência no setor, é filho de pescador, trabalhou na Secretaria Especial da Pesca e, agora, levará a sua responsabilidade e a sua capacidade para a Secretaria Estadual da Pesca do nosso Estado. Do mesmo modo, quero parabenizar Felipe Finizola, que hoje assumiu a Coordenação do Escritório Federal da Aquicultura e da Pesca na Paraíba. Esses dois jovens, que conhecem o setor e têm a capacidade de trabalhar para fortalecer a pesca no nosso Estado, podem contar com o nosso trabalho, com o nosso mandato, para valorizarmos ainda mais o pescador, a fim de que a pesca seja cada vez mais forte na nossa Paraíba. O nosso mandato já defende os pescadores, mas, com a chegada desses dois jovens, aumentam a nossa responsabilidade e o nosso desejo de fazer com que a Paraíba tenha uma pesca cada vez mais forte.

Reafirmando esse compromisso, quero deixar claro aquilo que eu já disse em reuniões em que estive, na Paraíba e aqui em Brasília, com presidentes de colônias de pescadores e com pescadores em geral. Nós temos este compromisso: caso a Portaria nº 78 — que foi sobrestada pelo Governo Federal, mudando a sua data de vigência, o que possibilitou o pagamento do seguro-defeso neste ano, após um trabalho nosso, no Congresso Nacional, de pressão ao Governo Federal — não seja alterada, a fim de que não prejudique os pescadores da Paraíba e de outros Estados do Nordeste, nós vamos trabalhar para derrubá-la aqui na Câmara dos Deputados. Essa portaria já foi derrubada no Senado Federal, através de um decreto legislativo. Nós vamos, na Câmara dos Deputados, aprovar esse projeto, que já foi aprovado no Senado, para derrubar essa portaria. Esse é um compromisso que esta Casa tem com a pesca e com os pescadores, que foram prejudicados.

Trata-se de uma portaria malfeita. Burocratas do Ministério do Meio Ambiente, que não conhecem a realidade e não sabem o que o pescador pequeno e humilde do interior da Paraíba passa para conseguir o seu sustento, fizeram essa portaria irresponsável, que prejudicou milhares de pescadores no Nordeste brasileiro. Na condição de Parlamentar conhecedor dessa realidade, não aceitarei que essa portaria entre em vigor e prejudique os pescadores não só da Paraíba, mas também de diversos Estados do Nordeste brasileiro.

O pagamento do seguro-defeso é um direito, Deputado Paes Landim. Esse direito tem que ser respeitado. Nós estamos dizendo ao pescador que, durante 3 meses do ano, ele não deve pescar, porque o Governo dará um salário mínimo a cada um, para fazerem a sua feira, pagar a sua conta de luz, pagar a farmácia, já que não há outra forma de sustento que não seja a pesca, que fica proibida durante esses meses. Nós não permitiremos que isso aconteça e que os pescadores fiquem prejudicados na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Ceará e em diversos Estados do Nordeste brasileiro. Conseguimos essa vitória neste ano através dessa pressão, mas não relaxaremos. Nós só sossegaremos quando essa portaria for alterada ou esta Casa, com certeza, conhecendo essa realidade, não permitir a sua vigência, porque é uma portaria que prejudica, e muito, os pescadores do Nordeste brasileiro, que, sem dúvida alguma, confiam no nosso mandato e confiam nesta Casa para que essa injustiça não aconteça.

Temos diversos compromissos, como o Programa Pescando Letras, o PRONATEC e a distribuição de cestas básicas, para que o pescador possa ser valorizado. Isso é compromisso do nosso mandato, é luta nossa aqui em Brasília. Nós queremos reafirmar esse compromisso que temos com a pesca do nosso Estado, com os pescadores paraibanos. Temos o desafio de conseguir a distribuição de alevinos, para que se povoem os nossos mananciais e se dê ao pescador condição de trabalho. Precisamos abrir linhas de crédito, levar o pescador para as instituições públicas que fomentem o seu trabalho, que fomentem a sua atividade, para que, através desse fomento, haja geração de emprego e renda, fortalecendo o pescador e fortalecendo esse setor que já vem sobrevivendo com poucos estímulos. Se nós o estimularmos, com certeza, ganhará todo o Brasil, ganhará o nosso Nordeste, ganhará a Paraíba.

Queremos, além disso, lutar pela isenção do óleo *diesel*, que é uma demanda antiga para que a pesca seja fortalecida e os pescadores possam ter cada vez mais condições de trabalho no nosso Estado.

O Sr. Efraim Filho - Permita-me um aparte, Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Pois não, Deputado Efraim Filho.

O Sr. Efraim Filho - Como seu conterrâneo, quero rapidamente dar um testemunho de como V.Exa. evoluiu e amadureceu. Assim como eu, V.Exa. começou como representante da nova geração, e hoje recai sobre seus ombros a responsabilidade de representar o nosso povo, a nossa terra, a nossa gente e diversos Municípios. V.Exa. faz isso com toda a desenvoltura, com méritos, honrando o voto daqueles que confiaram em V.Exa. Fico feliz de poder tê-lo como companheiro de bancada. Espero que juntos possamos retornar, para defender a Paraíba e os paraibanos. Parabéns pelo desempenho do seu mandato! Um forte abraço. Desejo sorte na caminhada.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Agradeço a V.Exa., um companheiro de bancada que sempre nos acolheu tão bem. Com certeza, a troca de experiências com V.Exa., que já é um Deputado com mais mandatos e com mais conhecimento na Casa, ajudou o nosso engrandecimento político na representação da Paraíba.

Concedo um aparte ao Deputado Saraiva Felipe.

O Sr. Saraiva Felipe - Deputado Hugo Motta, depreendo de sua apresentação como V.Exa. trata com carinho e com cuidado as questões relativas ao seu Estado. Espero, para benefício do nosso Parlamento, o seu retorno. Além disso, eu gostaria de aproveitar para registrar a minha presença no dia de hoje, já que até às 14 horas eu estava cumprindo agendas em Ministérios. Um abraço, Deputado Hugo Motta.

O SR. HUGO MOTTA (PRB - PB) - Agradeço a V.Exa.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de relatar rapidamente um caso que aconteceu, no interior do Ceará, com quatro jovens da minha cidade de Patos. Eles foram confundidos com bandidos. A Polícia Militar, numa abordagem errada, baleou três desses jovens em um veículo. Um deles foi a óbito. Nós fizemos contato com o Secretário de Segurança do Ceará, Dr. André Costa, pedindo a apuração desse caso.

Esses jovens estavam indo para um torneio de sinuca no Maranhão. Os tacos que estavam dentro do carro foram confundidos com armas. Essa abordagem de maneira errada vitimou fatalmente um conterrâneo, um patoense, que estava indo praticar um esporte e, sem dúvida alguma, não iria prejudicar a vida de ninguém.

Nós pedimos a apuração desse caso e estamos acompanhando essa averiguação, confiantes de que a Polícia Civil do Estado do Ceará irá atuar com isenção e imparcialidade, para que essa abordagem seja esclarecida, para que esse crime seja esclarecido e os verdadeiros culpados sejam punidos.

Sem dúvida alguma, vamos continuar sempre em defesa do nosso Estado, em defesa da Paraíba, por um Brasil com uma realidade cada vez melhor.

Agradeço a V.Exa. o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Parabéns pelo pronunciamento!

Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido pronunciamento em homenagem aos 36 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. O seu primeiro Presidente foi meu dileto amigo Cândido Mendes, uma das figuras mais criativas da sociologia brasileira, estudioso e cientista político.

Quero destacar o nosso ex-colega Deputado do Amazonas que foi o segundo Presidente da Fundação, da ABMES, Deputado Edson Machado.

Por último, Sr. Presidente, presto homenagem para honrar os mais de 10 anos do maior educador deste País com a maior seriedade e grandeza humana, que foi o Professor Gabriel Rodrigues.

Peço a V.Exa., portanto, para dar com lido e transcrito, nos Anais desta Casa e nos meios de comunicação, o discurso que eu faço neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas fazer uma felicitação.

Neste momento de crise política, crise moral, crise ética, com maus exemplos em várias áreas da sociedade, nós temos que destacar também as coisas boas, como as pessoas que dedicaram suas vidas a uma missão.

O Padre Nelson Frederico Scheil está completando, nesta semana, neste ano de 2018, o jubileu de diamante. São 60 anos de sacerdócio! Ele começou no Município de União da Vitória e hoje exerce o sacerdotismo no Município de Ipiranga. Trata-se de um grande exemplo, que cuida de vidas e leva fé, amor e carinho às pessoas. É uma missão que Deus deu!

Eu tenho muito orgulho de poder citar isso aqui em Brasília e representar o Município de Ipiranga.

Parabéns, Padre Nelson e toda a sua comunidade!

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar a minha indignação, a minha preocupação, a minha consternação com o povo da Venezuela.

É com grande tristeza que vemos a ditadura de Chávez e de Maduro destruir uma próspera nação, que foi arrasada, que foi destruída pela incompetência e pela forma autoritária e ditatorial de imposição de ideais não convencionais, de ideais que já foram superados no século passado, de ideais que representam o comunismo e o socialismo.

O mundo, em especial a América, está preocupado com o que está acontecendo na Venezuela e exige democracia, abertura política, fim das prisões, fim dessa ditadura que arrasa e traz prejuízo para todos os vizinhos, especialmente para o Brasil. A Organização dos Estados Americanos, a Organização das Nações Unidas, enfim, as organizações internacionais de direitos humanos discutem o problema, mas não encontram uma solução para a Venezuela.

Cabe a nós não só fazer o pronunciamento, mas também orar e pedir a Deus que haja um desenlace democrático, não uma ditadura de Esquerda ou uma ditadura de Direita.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, para uma Comunicação de Liderança, pela Oposição.

V.Exa. disporá de até 9 minutos.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estou de posse de um documento intitulado *Diretrizes do Plano de Governo — Coligação Uma Conquista Melhor*, que foi o documento orientador da candidatura de Herzem Gusmão, do PMDB, à Prefeitura do Município de Vitória da Conquista, capital regional do sudoeste baiano.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esse documento representa a confirmação de que a população de Vitória da Conquista foi submetida a um estelionato eleitoral. Digo isso porque esse bem-intencionado documento traz, no seu bojo, propostas e proposições a respeito das mais diversas temáticas, que, segundo o candidato à época, hoje Prefeito de Vitória da Conquista, promoveriam o desenvolvimento e o progresso, gerariam emprego e renda, enfim, melhorariam a qualidade de vida do povo daquele que é o segundo mais importante Município do interior do Estado da Bahia.

O documento é composto de várias intenções e envolve as temáticas da educação, da saúde, da cultura, do turismo, do esporte, do lazer. Além disso, apresenta proposições para a juventude, o desenvolvimento social, a infraestrutura, a mobilidade urbana, a transparência, o controle público, os serviços públicos, o trabalho, o comércio, a indústria, o desenvolvimento, o meio ambiente, a segurança pública. Trata também da questão especial dos servidores públicos. Entretanto, eu vou me ater apenas a dois temas que compõem este documento denominado *Diretrizes do Plano de Governo — Coligação Uma Conquista Melhor*, já que são muitas as temáticas que envolvem o debate e a discussão. Inclusive, eu já tratei disso em outra oportunidade aqui na tribuna da Câmara dos Deputados.

Desta feita, Sr. Presidente, quero me ater ao debate sobre a educação e sobre os servidores públicos municipais de Vitória da Conquista. Decidi tratar desses dois temas porque há 19 dias, completados hoje, os professores do Município de Vitória da Conquista se encontram em greve, reivindicando um reajuste salarial de 6,81%, que foi o reajuste determinado pelo Ministério da Educação para recompor o poder de compra do piso nacional de salário dos professores do Brasil. No entanto, o Município de Vitória da Conquista, no processo de negociação, se limita a oferecer 2,76%.

Eu não quero tratar do mérito do debate e da negociação entre as partes, mas chamo a atenção para a forma autoritária e truculenta como a administração do Sr. Herzem Gusmão vem tratando os servidores públicos de um dos mais importantes Municípios do Brasil.

Digo isso porque, durante a campanha eleitoral, através deste documento que foi devidamente registrado no Tribunal Regional Eleitoral, o Prefeito apontava para a população de Vitória da Conquista o desejo de realizar uma gestão de diálogo, de entendimento, de exercício da boa política.

No que diz respeito aos servidores públicos, por exemplo, o documento que acabei de apresentar a todos destaca: *"Atuar em parceria com os servidores públicos, respeitando as categorias (...). Dialogar com os sindicatos que representam as categorias, criando uma agenda permanente e positiva no intuito de resolver eventuais demandas por parte dos servidores assim como para aprimorar o relacionamento entre a administração e seus servidores"*.

Foi com essa proposição, com essa vontade, com essa intenção que Herzem Gusmão, então candidato, se dirigiu à sociedade conquistense para se apresentar como candidato a Prefeito do Município.

No que diz respeito à educação, ele assumiu o compromisso, expresso neste documento, de que iria fazer a reestruturação dos planos de cargos e carreira dos profissionais da educação também com a clara intenção, disposta no documento, de valorização desses profissionais. E nós concordamos que a educação é um importante instrumento de melhoria da qualidade de vida da população, condição indispensável para o desenvolvimento do Município. Porém, passado mais de 1 ano, quase 2 anos de administração, as promessas, os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral na prática não se efetivam, na prática não se realizam.

Eu estou de posse do documento *Diretrizes do Plano de Governo - Coligação Uma Conquista Melhor*, que traz em seu bojo esses desejos, essas vontades, essas proposições, esses projetos que compõem o plano de Governo do então candidato Herzem Gusmão.

Nessa greve dos professores em particular, que é mais uma das tantas greves realizadas pelos servidores públicos do Município, a administração Herzem Gusmão agiu com truculência, perseguindo servidores, ameaçando com corte de ponto, demitindo professores e servidores contratados, criando literalmente um estado de terror. Portanto, rompeu clara e definitivamente com o desejo revelado durante a campanha de realizar um Governo de diálogo, de entendimento, de conciliação.

Eu quero me solidarizar com os professores de Vitória da Conquista e protestar veementemente contra esse comportamento autoritário e truculento, que se utiliza da força, que se utiliza da lei, que se utiliza de diferentes dispositivos coercitivos para amedrontar os professores e os servidores públicos do Município.

A população, pouco a pouco, está reconhecendo que a eleição desse cidadão representou um estelionato eleitoral, porque ele não vem cumprindo praticamente nada do que assumiu como compromisso, como plano de Governo, como promessa de campanha. E nós só temos a lamentar, porque Vitória da Conquista é uma capital regional, uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia — ela tem uma forte repercussão, porque polariza mais de 80 Municípios baianos e mineiros. Portanto, o desenvolvimento, o progresso da cidade interessa a toda essa vasta população de mais de 2 milhões de habitantes.

Fica registrado o protesto veemente contra o comportamento autoritário e truculento do Prefeito e de toda a sua administração e a nossa solidariedade aos servidores públicos de uma forma geral, especialmente aos professores.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Reategui, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna um tema muito importante para a economia do Brasil e que será debatido amanhã, em audiência pública, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços desta Casa. Refiro-me ao tráfego aquaviário em águas brasileiras, objeto do Projeto de Lei nº 8.535, de 2017.

Em linhas gerais, a referida proposição trata de uma alteração na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, Lei nº 9.537, de 1997, com o objetivo, dentre outros, de transferir para a Agência Nacional de Transporte Aquaviário — ANTAQ a competência para a regulação do valor pago pelos serviços de praticagem.

Atualmente a regulação desse serviço está a cargo do Ministério da Marinha. Não se tem ideia, ainda, de qual órgão é o mais adequado para regular uma atividade tão complexa como a praticagem. Por isso, a audiência pública que acontecerá amanhã propiciará oportunidade para análise mais apurada sobre a questão.

Conheço muito bem os problemas enfrentados pelos trabalhadores do setor porque, como Procurador Geral de um Estado portuário e como Delegado de Polícia Federal, já atuei nos portos e sei o quanto precisamos melhorar a logística e a relação laboral, haja vista que profissionais capacitados, valorizados e remunerados de acordo com as leis de mercado são imprescindíveis para que a navegação se consolide e tenha competitividade.

Ao fazermos alguns ajustes necessários da legislação portuária e do modal hidroviário, certamente os desdobramentos exitosos serão uma realidade no Brasil, com resultados na geração de emprego e renda e na elevação das receitas provenientes do setor, o que, inevitavelmente, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Esperamos que dúvidas sejam sanadas e determinados regramentos encontrem consenso.

Os melhores técnicos e especialistas do País foram convidados para a audiência pública, a exemplo dos representantes da ANTAQ, da Marinha do Brasil, do Centro Nacional de Navegação, do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, da Associação Brasileira dos Cruzeiros Marítimos, do Conselho Nacional de Praticagem, da Federação Nacional de Práticos, da GO Associados e da Agripino & Ferreira Advogados e Consultoria. Será um debate muito promissor.

O setor portuário brasileiro tem enfrentado mudanças significativas ao longo dos últimos anos em busca de eficiência, redução de custos, elevação de investimentos em infraestrutura e modernização na operação portuária. Para que a excelência no setor aconteça, contudo, outras medidas ainda precisam ser consideradas, dentre elas está a atualização da regulamentação dos serviços de praticagem.

Estarei à frente da audiência pública que ocorrerá amanhã e darei minhas contribuições para que a navegação no Brasil seja uma atividade segura e acreditada, pois temos uma malha hidroviária promissora, mas que precisa ser aprimorada urgentemente.

Certamente a praticagem compõe a vasta engrenagem de revitalização da navegação em nosso País. Para que o público que assiste a esta sessão compreenda melhor, esclareço que a praticagem é a atividade de manobra e navegação de embarcações realizadas por profissionais habilitados, conhecidos como práticos, os quais são aquaviários não-tripulantes que atuam em trechos da costa, baía, portos, estuários, lagos, rios, terminais e canais em que há tráfego de embarcações. Em outras palavras, a atuação dos práticos está voltada ao assessoramento dos comandantes em áreas restritas, denominadas de Zona de Praticagem, cujas peculiaridades dificultam a livre e segura navegação.

Por todo o exposto, impõe-se como necessário e até imprescindível o aperfeiçoamento da regulação desse importante serviço, para que consigamos obter eficiência econômica no transporte e também para evitar possíveis abusos decorrentes da concentração de mercado.

Reafirmo o que eu disse anteriormente: é chegada a hora de nos aprofundarmos nos debates sobre a praticagem, porque essa atividade interfere consideravelmente na logística de navegação e sua eficácia, pressupostos essenciais ao desenvolvimento do comércio, principalmente para o exterior.

Nesse contexto, cito o Porto de Santana, no Estado do Amapá, que desponta como uma possibilidade bastante promissora no escoamento da produção brasileira, sobretudo de produtos agropecuários, pois está localizado próximo à América Central, o que torna menor a distância para o mercado internacional, uma vez que, independentemente de onde se produza no Brasil, Santana, no Amapá, será o porto no caminho para o mercado consumidor.

Portanto, Sr. Presidente, estou certo de que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, com seus competentes membros, conseguirá aprimorar a legislação vigente sobre a atividade de praticagem e definir, de maneira consensual, se possível, o órgão estatal mais apropriado para cuidar de um setor complexo e desafiador, mas ao mesmo tempo imprescindível para que a navegação brasileira alcance patamares de excelência.

Uma coisa é certa: o modal hidroviário é a alternativa viável, mais econômica e promissora para o escoamento da produção no Brasil. Não podemos mais ficar reféns das rodovias. Precisamos nos modernizar e baixar o Custo Brasil, aumentando o número de empregos para nossa gente e o superávit da balança comercial.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos oficiais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Antes de passar a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Marcus Vicente, quero dizer que nós temos quatro Líderes inscritos, os Deputados João Daniel, Sergio Souza, Bruno Araújo e Marcondes Gadelha.

Proponho um entendimento, porque muitos Deputados estão aguardando aqui há bastante tempo: os Líderes alternarem, revezarem com os Deputados que vão fazer breves comunicações. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, com satisfação informo à Casa e às populações do Nordeste Setentrional em geral que a última estação elevatória do Eixo Norte da transposição de águas do Rio São Francisco, a Estação EB-3, situada na cidade de Salgueiro, em Pernambuco, acaba de ser inaugurada. Isto significa que as águas já poderão começar a correr, já poderão fluir com absoluta desenvoltura.

Esta é a notícia mais esperada ao longo de 30 anos por toda uma geração de combatentes que sonharam, lutaram e padeceram por esta ideia redentora, que vai mudar radicalmente a qualidade de vida de 12 milhões de brasileiros espalhados em 240 Municípios do Nordeste.

Sr. Presidente, a transposição é a maior obra hídrica da América Latina e tem, como se viu, uma história longuíssima. A primeira ideia, a primeira proposta de transposição, o primeiro projeto remonta ainda à gestão do Ministro Mário Andreazza à frente do Ministério do Interior, no período da ditadura militar. Com a morte de Andreazza, o projeto voltou para os escaninhos do Banco Mundial, que o havia financiado, e ficou esquecido, até ser resgatado pelo Presidente Itamar Franco. Depois, atravessou os dois Governos Fernando Henrique Cardoso e mais os dois Governos de Lula e Dilma. Por fim, desaguou agora em plena gestão de Michel Temer.

É escusado dizer o quanto sofremos de adversidade, incompreensão, hostilidade e até agressão física na fase de instrução para obter a licença de instalação da obra pelo IBAMA. Essas diatribes envolviam segmentos da mídia, do meio acadêmico, parte da igreja e, sobretudo, a área política em grandes Estados da Federação. O mínimo que se dizia é que nós iríamos promover um desastre ecológico apocalíptico, levando à morte o Rio São Francisco, embora nós estivéssemos respaldados por dois relatórios de impacto ambiental exaustivos, produzidos por consórcios nacionais e internacionais em dois Governos diferentes.

Sr. Presidente, não é hora de cobrança, não é hora de passar recibo. Este é um momento de alegria, é o momento de comemorar. Eu vou mais longe: esta ideia da transposição vai ser imitada em outras regiões. Mas, agora, quero dizer que nada se compara à emoção de ver a esperança brilhando na ponta dos canais e sendo colhida na concha da mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Deputado Marcus Vicente, por 1 minuto.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar toda a equipe do jornal *on-line Folha Vitória*, do Espírito Santo, que foi escolhido o veículo do ano da Internet pelo tradicional Prêmio Colibri capixaba.

Esse reconhecimento ao jornal *on-line Folha Vitória* prova que o trabalho de valorização e de fortalecimento dos veículos de comunicação regionais da Rede Vitória, que pertence ao Grupo Buaiz, continua dando muitos frutos. O jornal *Folha Vitória* tem 11 anos de atuação e leva conteúdo de qualidade aos capixabas e a todas as regiões.

É importante que possamos reconhecer esse trabalho por se tratar de uma fonte segura de informação à sociedade, num momento da nossa história em que combatemos — todos nós — o *fake news*, as notícias falsas que atualmente são disseminadas, principalmente pelas mídias sociais.

Envio meu abraço e desejo sucesso a todos os jornalistas, técnicos e colaboradores do jornal, ao Diretor-Geral da Rede Vitória, Fernando Machado, bem como ao empresário Américo Buaiz Filho, que conduz com maestria o Grupo Buaiz e dá ao jornal liberdade para que se renove e consiga alcançar cada vez mais leitores, cumprindo seu papel social de informar com isenção e seriedade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - O pedido de V.Exa. será atendido.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Tem a palavra agora o Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Cabo Sabino, colegas Parlamentares, gostaria de apresentar a esta Casa o relatório das atividades da Associação dos Fumicultores do Brasil — AFUBRA, que representa os agricultores e produtores de tabaco nos três Estados do Sul. No último mês, a AFUBRA também fez sua assembleia de prestação de contas, onde reuniu os agricultores para mostrar números, apresentar balanço e relatório das atividades.

Essa entidade, que tem 63 anos, orienta os produtores a diversificar a sua linha de produção. O tabaco, logicamente, é a cultura mais estável e a que traz mais renda para as famílias produtoras. Mas é importante dizer também que esse é o setor que mais preserva a vegetação nativa, inclusive aumentando ano a ano os índices de preservação.

Trinta e seis por cento das famílias produtoras têm propriedades de até 10 hectares, ou seja, são realmente pequenos agricultores, e muitos deles utilizam 1, 2 e, no máximo, 3 hectares de sua propriedade para a cultura do tabaco, as demais áreas são utilizadas para a diversificação da produção de alimentos.

Diante desse quadro, eu quero cumprimentar a AFUBRA por esse trabalho.

Ela tem diversos outros projetos, como, por exemplo, o Projeto Verde é Vida, que realiza um trabalho muito próximo das escolas, na educação ambiental, na questão socioambiental. A EXPOAGRO AFUBRA da Diversificação tem hoje a maior feira de agricultura familiar do Brasil. Há também o Programa de Sensibilização Ambiental, realizado em mais de 450 escolas, em 135 Municípios dos três Estados; e o Programa de Coleta de Óleo Saturado, que, em 9 anos, recolheu quase 900 mil litros de óleo, que não foi para a natureza, foi reutilizado. E, para esse trabalho, feito em parceria com 188 escolas de 61 Municípios, escolheram como tema *Família: educação, convivência e sucessão*.

O Programa de Ação Socioambiental — PASA envolve também mais de 423 mil pessoas nos três Estados.

Uma das novidades da AFUBRA é o módulo solar, que aproveita a energia solar. Indenizou os seus produtores em mais de 99 milhões de reais.

Portanto, a AFUBRA tem essa missão de zelar pelo bom preço do produto e pelo seguro da mutualidade.

Parabéns à AFUBRA por mais um ano e por esse trabalho!

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Para falar como Líder do PT, concederei a palavra ao Deputado João Daniel, que disporá de até 9 minutos. Antes, porém, enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra aos Srs. Deputados Valmir Assunção e Alberto Fraga. Cada Parlamentar dispõe de 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 9 de agosto, o Supremo Tribunal Federal vai julgar recurso que trata do sacrifício de animais no rito de religiões de matriz africana. Entendo que este é mais um ato de racismo e de intolerância religiosa, porque quase todas as religiões, nos seus ritos, têm alimentação. E como essa alimentação chega aos seus participantes? É preciso responder a essa pergunta.

Por isso, acho que a Suprema Corte tem que arquivar esse processo. Nós não aceitamos intolerância religiosa de nenhuma forma! Basta vermos que no Natal se mata peru. Não é um rito? Portanto, vamos enaltecer a cultura e o rito do povo de terreiro, do povo de santo!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Com a palavra o Sr. Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas últimas 24 horas, após a deflagração da Operação 12:26, que investiga no Governo do DF tráfico de influência, corrupção e roubo de dinheiro público, o Governador Rodrigo Rollemberg não tem dormido direito. Vejam a ironia: o Governador Rollemberg, dias atrás, lançou o Brasília de Mãos Limpas, e, em menos de 24 horas, passou de mãos limpas a mãos sujas. E o que tem de denúncia! Cerca de 120 minutos de conversas grampeadas apontam claramente a corrupção do Governo Rollemberg. O homem de confiança, ou seja, o operador chamado Marcelo Nóbrega, que foi apontado na CPI da Saúde, está lá escondido. Realmente, ele agora vai ter que comprovar muita coisa.

Eu nunca achei que fosse um Governo de mãos limpas, primeiro porque as mãos deles estão sujas quando as nossas crianças morrem nas filas dos hospitais, esperando atendimento médico. É um Governo de mãos sujas porque os acidentes de trânsito vêm aumentando a cada dia mais. É um Governo de mãos sujas porque os índices de violência têm aumentado de forma assustadora, pela sua incompetência. Portanto, é muita cara de pau e cinismo dizer que é um Governo de mãos limpas, quando, na verdade, o próprio mão suja é o Governador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Sabino. Bloco/AVANTE - CE) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Daniel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S. Exa. tem até 9 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e quem nos acompanha pela *TV Câmara* e demais meios, inicio o meu pronunciamento falando rapidamente sobre uma nota da Frente Brasil Popular e de todos os movimentos sociais sobre o ataque contra a democracia e contra o Presidente Maduro ocorrido, no último sábado, na Venezuela. No dia 4 de agosto, foi registrado esse ataque contra a democracia da Venezuela, contra a vida do Presidente Nicolás Maduro.

A nota afirma que as forças do capital e do império dos Estados Unidos já assassinaram muitos líderes no mundo inteiro. Isso é de conhecimento público. Entre eles, podemos nos lembrar de Sandino, da América Latina. Entre os líderes

americanos, podemos nos lembrar de Martin Luther King. Porém, o império nunca conseguiu deter a força da luta do povo, no mundo inteiro, e também na América, por justiça e igualdade.

Sobre esse atentado contra o Presidente Maduro, que felizmente saiu ileso, todas as denúncias dos jornais levam a crer — e é preciso que haja uma apuração — que, por trás disso, está mais uma vez a força imperialista do Governo americano e de Governos latinos aliados, que tentam, de toda forma e com toda a força, impedir que um país que tem democracia popular e fez o maior número de referendos populares, de eleições populares, possa construir a sua nação.

Por isso, aqui do Brasil, todos os movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e demais movimentos que compõem a Frente Brasil Popular, assim como o nosso grande líder e companheiro João Pedro Stédile, deixamos aqui registrado, para que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios, que nunca nos impedirão de defender, nesta tribuna e em qualquer lugar, a verdade dos fatos.

E lamento profundamente que, em parte, alguns desta Casa façam determinadas críticas. Nós aceitamos que haja divergências e críticas com relação ao Governo de Cuba, ao Governo da Venezuela, ao Governo da Bolívia, mas os que se manifestam contrariamente aos Governos populares são os mesmos que baixam a cabeça para os americanos, são os que não dão um pio quando os Estados Unidos invadem países e destroem nações. São mansos para os imperialistas e para os países ricos.

Portanto, fica aqui registrado que jamais deixaremos de defender aqueles que querem verdadeiramente construir a democracia e um país justo em qualquer lugar deste planeta.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós queremos deixar a nossa mais alta homenagem aos sete grandes homens e mulheres que ficarão registrados na história deste País como grandes homens e mulheres que estão neste momento, e já há 9 dias, doando sua vida na defesa da democracia, na defesa da Constituição e da verdade.

Nossa homenagem ao grande companheiro Frei Sérgio Görgen, ex-Deputado do nosso partido e fundador do MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores; à grande companheira Rafaela Alves, fundadora do MPA em Sergipe e grande poeta, construtora do teatro popular do povo camponês do Nordeste; ao nosso querido companheiro Vilmar Pacífico; à querida companheira Zonália Santos; ao nosso grande camarada Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê da CMP — Central dos Movimentos Populares, da luta popular por moradia; ao nosso querido companheiro Leonardo Soares, militante do Levante Popular da Juventude; e ao nosso camarada Jaime Amorim, dirigente nacional do MST, amigo do nosso querido companheiro e Deputado Federal Valmir Assunção. Jaime Amorim ajudou a fundar o movimento no Brasil inteiro e neste momento faz greve de fome, como uma determinação da defesa da justiça e da verdade.

Ontem acompanhamos, com a bancada do PT da Câmara e do Senado, o protocolo no Supremo Tribunal Federal para pedir aos Ministros e às Ministras que recebam os companheiros e as companheiras da greve de fome, para que os magistrados ouçam um pouco daquilo que a sociedade brasileira tem aclamado todos os dias em relação à questão do Presidente Lula. O Presidente Lula está preso, é um preso político. O Presidente Lula está sem um julgamento justo. O Presidente Lula é vítima de um processo criminoso, armado a partir dos interesses das grandes empresas, a partir dos interesses das empresas americanas.

E esse julgamento do Presidente Lula, pela libertação imediata, pelo direito de o Presidente Lula ser candidato à Presidência da República, não é o sonho de um ou dois movimentos sociais ou do Partido dos Trabalhadores: é o sonho da maioria da população brasileira, que sabe que o Presidente Lula derrota toda a Direita brasileira, inclusive os fascistas que dentro desta Casa fazem o discurso de ódio, o discurso do preconceito, o discurso permanente do golpe continuado.

Por isso, uma marcha se inicia no dia 10. E neste momento, em várias partes do Brasil, estão as marchas do MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens, do MPA — Movimento dos Pequenos Agricultores, da Via Campesina. Chegarão a Brasília no dia 14, mas iniciarão a marcha no dia 10, para, pela primeira vez na história do Brasil, o povo protocolar e registrar a candidatura do maior líder popular da história do Brasil, do maior Presidente da história do Brasil, para pedir justiça, para pedir respeito à nossa Constituição e ao direito de o Presidente Lula ser candidato.

Por isso, deixamos a nossa solidariedade aos que fazem a greve de fome e o nosso total apoio, da nossa bancada e do nosso partido, a todos os caminhantes que virão à Brasília para se juntar na grande marcha em defesa da democracia, em defesa de uma nação livre, justa e soberana.

Por isso, a nossa bancada está empenhada, junto com os demais partidos e aliados, com todos os movimentos sociais, populares e sindicais, na defesa do registro da candidatura e na garantia da candidatura do nosso candidato a Presidente da República, o candidato do povo brasileiro, que é Luiz Inácio Lula da Silva.

Para encerrar, deixo registrado outro pronunciamento de nossa autoria, que exalta o aniversário da Lei Maria da Penha, sancionada quando o nosso querido Presidente Lula foi Presidente da República.

Na defesa das mulheres, na defesa da não violência, na defesa do direito de igualdade e de uma sociedade justa, quero que seja registrado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil* este nosso pronunciamento, assim como outros os dois discursos que trago.

Muito obrigado.

Viva o povo brasileiro! Viva Lula: inocente! Viva Lula: candidato à Presidência do Brasil!

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

(O Sr. Cabo Sabino, os termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Vinicius Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Chamamos agora o Deputado Cabo Sabino para dispor da tribuna, por 3 minutos.

O SR. CABO SABINO (Bloco/AVANTE - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje o Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará completa 93 anos — isso mesmo, 93 anos! Não são 93 dias, mas 93 anos servindo, protegendo, zelando e salvando!

Esses homens e mulheres, nós poderíamos denominá-los anjos ou heróis da vida real, Deputado Eduardo Bolsonaro. Esses homens, não importa se na terra, no mar, diante do fogo ou mesmo em catástrofes, como grandes enchentes, estão presentes, e a sua missão é sempre a mesma: salvar vidas, cuidar das pessoas, zelar pelo bem maior que elas têm, suas vidas.

Esses homens e mulheres, que hoje comemoram os 93 anos de existência da instituição do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, têm se dedicado ao povo cearense e àqueles que visitam aquele Estado. A cada dia, Deputado Edmilson Rodrigues, mostram que neste País e neste mundo a solidariedade é possível, que cuidar é dever de cada ser humano, que ser Bombeiro Militar é mais do que uma profissão: é um sacerdócio, porque só se faz se for com amor e dedicação, e muitas vezes com o sacrifício da própria vida.

Se esses homens e mulheres que fazem o Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, pelo seu trabalho institucional, parassem ali, já seriam tidos como heróis, mas eles vão além. Realizam um trabalho em que cuidam das crianças, chamado Jovens Bombeiros Voluntários. Eles tiram essas crianças de áreas de risco, cuidam, dão noções de hierarquia e disciplina, formam o caráter, trabalham com amor, amor que muitas vezes lhes falta dentro dos seus próprios lares, mas que recebem dentro dos quartéis do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.

E vão além! O Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade — PSBS cuida dos idosos. Nós falamos de 45 mil idosos cuidados pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará! Essas pessoas que já estão na melhor idade recebem cuidado, recebem aula de educação física nas praças e nos colégios. Mas esse projeto representa muito mais do que isso. Representa a volta ao convívio social de pessoas que muitas das vezes estão dentro dos lares, e acabam tendo uma segunda chance de vida, por serem cuidadas, por serem bem tratadas.

Deixo a minha homenagem ao Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará e a minha continência a esses heróis!

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Obrigado, Deputado Cabo Sabino.

Antes de chamar a Deputada Josi Nunes, que fará um pronunciamento de 3 minutos, concedemos a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro por 1 minuto.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a este plenário fazer uma denúncia que o pessoal que está nas redes já conhece. O Twitter tem banido diversas páginas. E veja, Sr. Hildo Rocha, todas elas são conservadoras ou de direita! Nós não vemos essa mesma disposição em relação às páginas de esquerda.

Eles alegam que estão pedindo agora, como requisito para continuar no Twitter, um número de telefone. Muitas pessoas já deram o número, mas continuam bloqueadas.

E o pior é que isso não está acontecendo só no Brasil, não, prezado Deputado JHC — V.Exa. está sempre presente na Internet também. Isso está acontecendo no mundo inteiro, Deputado Sóstenes Cavalcante. O InfoWars, dos Estados Unidos, comandado pelo Alex Jones, teve todas as suas páginas derrubadas: Youtube, Facebook, Twitter. A quem interessa essa perseguição toda? São tempos sombrios.

Nós acreditávamos que a Internet era livre, mas, pelo que nós estamos vendo, está ocorrendo um controle, e esse tipo de controle é, sim, um autoritarismo. Não há mais como esconder isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Com a palavra a Deputada Josi Nunes, por 3 minutos.

A SRA. JOSI NUNES (Bloco/PROS - TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna hoje é considerado um grande marco para a defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Estamos comemorando os 12 anos da Lei Maria da Penha. Antes dessa importante lei, o País não contabilizava os casos de violência contra a mulher, tampouco as mortes decorrentes do machismo.

Nesses 12 anos da Lei Maria da Penha, mais do que comemorar, é preciso refletir. Exatamente quando a lei completa os seus 12 anos, cinco casos de feminicídio ocorreram em menos de 48 horas, no Distrito Federal, em Pernambuco, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Infelizmente, as estatísticas nos mostram que ainda estamos muito longe de combater a violência contra a mulher. O número de processos que tramitam no Judiciário relativos a esse tema chega a quase 1 milhão, sendo 10 mil casos de feminicídio.

Há poucos dias, o Brasil presenciou cenas chocantes, como a da advogada de 29 anos que foi atirada pela janela por seu companheiro, no Paraná. Outro caso semelhante ocorreu aqui em Brasília, nesta semana: um agressor jogou a esposa dele, de 37 anos, do terceiro andar de um prédio. E isso ocorreu um dia antes de um policial assassinar a esposa e, em seguida, tirar a própria vida, também no Distrito Federal. Lamentavelmente, abrir o noticiário e se deparar com esse tipo de notícia tem se tomado algo muito comum.

Segundo os dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo. No entanto, embora todos esses acontecimentos insistam em deixar uma imagem negativa, não podemos deixar de falar da importância da Lei Maria da Penha.

Dados do Ministério dos Direitos Humanos revelam que, no primeiro semestre deste ano, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Ligue 180, recebeu quase 73 mil denúncias, resultado bem superior aos anos anteriores. Entretanto, é preciso mais, é preciso endurecer essa lei. Tramita na Casa o Projeto de Lei nº 7.118, de 2010, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que busca ampliar a punição dos agressores nos casos em que a mulher esteja sob a medida protetiva da Lei Maria da Penha. Essa é uma matéria que precisa ser pautada com urgência no Parlamento.

Mas, mesmo alterando a legislação, é preciso também mudar o nosso comportamento. Precisamos combater o machismo porque o machismo mata. Aquele antigo ditado de que "*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*" já não cabe mais. Não podemos fazer vista grossa e fingir que o problema não é nosso ao ver uma mulher ser agredida. Temos que meter a colher sim e denunciar. Talvez a história da advogada de 29 anos do Paraná tivesse tido outro final se alguém tivesse denunciado o namorado agressor. As imagens liberadas pelo sistema de segurança do prédio mostram essa moça sendo agredida por cerca de 20 minutos. Será que nesses 20 minutos ninguém ouviu ou viu o que estava acontecendo?

Denuncie! Disque 180 e denuncie! Essa é a mensagem que quero deixar a todos e a todas.

Sr. Presidente, solicito que faça constar nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Obrigado, Deputada Josi Nunes.

Tem 1 minuto o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu sei que a opinião dos Deputados e Deputadas é de concordância com a denúncia que faço aqui, Deputado Hildo Rocha. V.Exa. sabe que quase 100% da energia do Maranhão é produzida no Pará. Nós temos Tucuruí e, agora, Belo Monte. Isso é muito bom para o desenvolvimento do País. O que não é admissível é que a ANEEL decida aumentar a tarifa da energia no Pará em 11,75%, perfazendo, desde 1998, 460%, desde a privatização da CELPA pelo Governo do tucano Almir Gabriel. A ANEEL agora vai aumentar o fundo Conta de Desenvolvimento Energético em quase 1,5 trilhão de reais no Orçamento de 2018. Ela resolveu mudar as regras durante o jogo! O valor passa de 18 bilhões para quase 20 bilhões de reais. Quem vai pagar isso são os consumidores. E o maior produtor de energia do País, que consome menos de 20% da energia produzida, tem a tarifa mais cara. Isso é inadmissível!

Eu queria protestar contra a ANEEL, contra as autoridades federais e contra o Governo do Estado, que fica calado diante dessa atrocidade que inviabiliza a vida dos pobres e das médias, pequenas e microempresas paraenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Chamo o Deputado Adelson Barreto, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. ADELSON BARRETO (PR - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos ocupando a tribuna no dia de hoje para fazer menção à campanha Agosto Dourado, que chama a atenção para a importância da amamentação.

Em 2017, para marcar a 25ª Semana Mundial de Amamentação, o Congresso Nacional instituiu, por meio da Lei nº 13.435, o mês do aleitamento materno, o Agosto Dourado. A lei diz que, no mês de agosto, ações intersetoriais de conscientização e esclarecimentos a respeito da importância do aleitamento materno são intensificadas por meio de palestras, reuniões em comunidades, espaços públicos e divulgação na mídia, além de decorações com a cor dourada, para lembrar essa importante campanha.

O dourado faz alusão à definição da Organização Mundial da Saúde para o leite materno, alimento de ouro para a saúde dos bebês.

O Ministério da Saúde recomenda a amamentação até os 2 anos de idade e também que, nos primeiros 6 meses, a criança receba apenas o leite materno, sem uma complementação.

Os dados nacionais mais recentes mostram que 49% dos menores de 6 meses já são amamentados exclusivamente com leite materno. É bem verdade que o índice aumentara ao longo dos últimos anos, mas ainda está aquém do que preconiza a Organização Mundial da Saúde, que é 90%. Queremos ratificar: atingimos, por ora, 49%.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a alimentação com leite materno de todos os bebês nos primeiros 2 anos pode salvar a vida de mais de 820 mil crianças com menos de 5 anos. O leite materno pode melhorar a resistência da criança, evitar infecções respiratórias e reduzir riscos de alergias e doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, obesidade e dislipidemia, ou seja, a presença de níveis elevados de lipídeos, gordura no sangue, colesterol elevado e triglicerídeos.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há evidências científicas que comprovam a contribuição no melhor desenvolvimento cognitivo, ou seja, no desenvolvimento do conhecimento e da evolução mental e emocional da criança.

Em face da importância dessa campanha, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e, em especial, pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Carvalho. PRB - SP) - Passa-se às

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Vinicius Carvalho, que preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, visitei recentemente as Unidades Básicas de Saúde — UBSs de Paço do Lumiar e constatei a situação caótica, terrível da saúde pública daquela cidade metropolitana, localizada na grande Ilha de São Luís, e que hoje é administrada pelo Prefeito Domingos Dutra, que aqui foi nosso colega. O que encontrei lá é de assustar qualquer um que tenha um pouco de sentimento, que tenha consideração com o próximo.

O que observamos em Paço do Lumiar é uma administração desastrosa, que está entregue a pessoas da família do próprio Prefeito Domingos Dutra. Lá encontramos prédios de postos de saúde fechados, UBSs sem médicos ou, quando têm, com médicos que não desempenham a carga horária que deveriam desempenhar de acordo com as regras estabelecidas pela saúde à atenção básica.

Os gabinetes odontológicos das UBSs estão todos deteriorados — todos os gabinetes! As cadeiras odontológicas e os demais equipamentos estão todos destruídos e enferrujados, sem condições de uso. Isso é assim desde que o atual Prefeito de Paço do Lumiar assumiu, o que demonstra a face de um Deputado que aqui sempre defendeu os direitos das pessoas, os direitos humanos, os direitos individuais, o cumprimento da Constituição Federal.

É isto que estamos vendo: a face de um homem cruel, de um homem desumano, mesmo com o fundo especial que a partir deste ano o Município passou a receber, aumentando consideravelmente seus recursos, igualando aos das cidades de São José do Ribamar, Imperatriz e Caxias, onde a saúde pública é muito bem ofertada à população.

Fora isso, Paço do Lumiar vem recebendo recursos do Governo Federal para a saúde pública religiosamente. Mas, infelizmente, esse dinheiro está sendo aplicado em outras áreas que não a saúde. E nem na área pública é. Desconfia-

se de que esteja sendo utilizado para fazer fortuna para o atual Prefeito Domingos Dutra, através de familiares seus que ele colocou na Prefeitura.

Infelizmente, a situação do povo de Paço do Lumiar é triste, porque tem um Prefeito que não liga para a saúde pública da população. Para terem ideia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é negada ao agente de saúde até mesmo caneta para que possa desempenhar o seu trabalho; é negado ao agente de saúde até mesmo uniforme para que possa fazer o trabalho preventivo da saúde de casa em casa.

Não encontrei nenhuma Unidade Básica de Saúde em condição satisfatória de funcionamento. Todas estavam com problemas, tinham falta de remédio, artigo que é raro lá.

Há um laboratório de exames clínicos que está desativado há quase 2 anos, ou seja, desde que esse Prefeito Dutra assumiu. E as pessoas são obrigadas a pagar por um simples exame de urina. Exame de sangue? Têm que pagar. Para qualquer tipo de exame, têm que pagar. Aquilo que funcionava normalmente não funciona mais em Paço do Lumiar.

Alguns Vereadores, entre eles a Profa. Carmen e o Presidente da Câmara, e o Pastor Sampaio, defensor dos direitos humanos lá na cidade, nos procuraram para que pudéssemos estar lá investigando, fazendo uma fiscalização no local. E pudemos constatar, com a presença desse senhor, dessa senhora e de vários membros da imprensa de São Luís e de Paço do Lumiar, de alguns blogueiros, a dificuldade por que a população está passando.

As crianças não têm direito nem à nebulização, uma coisa tão simples. Vi uma criança com falta de ar precisando fazer nebulização, mas não há aparelho. O médico disse: “*Não há aparelho de nebulização aqui. O que havia aqui já faz 2 anos que se foi. E esta administração, que é a administração do Dutra, não repõe os equipamentos necessários, não compra os medicamentos que são necessários para população*”. Enfim, o caos está instalado na saúde pública de Paço do Lumiar.

Em virtude disso, nós solicitamos uma fiscalização severa da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, para que sejam fiscalizadas as ações que são executadas pela Prefeitura de Paço do Lumiar na área da saúde e também os recursos que foram para lá através do Fundo Nacional de Saúde, que são verba federal. Nós temos que saber aonde foi parar esse dinheiro, porque ele nunca, em momento nenhum, foi usado em favor da população.

E o que nos impressiona é que o atual Prefeito, que foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quando assume um Executivo municipal, desrespeita e rasga tudo aquilo que pregou na tribuna da Câmara, tudo aquilo que dizia deveria ser feito. Agora o que se vê é justamente o contrário. Isso horroriza todos os habitantes da cidade de Paço do Lumiar, que não aguentam mais uma administração desastrosa como essa do Prefeito Dutra.

Sr. Presidente Deputado Vinicius Carvalho, nós queremos pedir o apoio desta Casa e dos seus membros, Deputados e Deputadas, ao Projeto de Lei Complementar nº 522, de 2018, que apresentamos, que autoriza o Executivo a criar a RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Imperatriz. Nós estamos, com esse PLP de nossa autoria, possibilitando que, em Imperatriz e mais 15 cidades, seja construída uma região integrada de desenvolvimento econômico. Com ela, nós criamos a oportunidade de um grande plano de desenvolvimento integrado naquela região.

A RIDE, aprovada, vai possibilitar o que possibilita aqui em Brasília, em Teresina.

Há outras cidades que se desenvolveram, se tornaram metrópoles e têm ao seu redor Municípios de outros Estados, como é o caso de Imperatriz, no Maranhão, que poderá alcançar, dentro da criação da RIDE da Grande Imperatriz, 16 Municípios, alguns do Maranhão — Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão e Senador La Rocque — e outros de Tocantins — Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Crixás do Tocantins, Araguaatins, São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. Essas cidades, juntas, terão mais força e, com o apoio do Governo Federal, trabalharão políticas de desenvolvimento integrado na área do transporte urbano, das comunicações — telefonia móvel e fixa —, com preços justos e corretos. Elas terão todas as condições recebidas do Governo Federal e serão tratadas pelos Governos Estaduais como grandes metrópoles. Imperatriz já pode ser considerada uma metrópole, e ainda receberá esses Municípios de Tocantins.

Espero que os Deputados aqui presentes e os que estão nos acompanhando nos apoiem na aprovação desse projeto de lei que, eu tenho certeza, vai ajudar a desenvolver a cidade de Imperatriz, todo o seu entorno e cidades de Tocantins, criando oportunidades de geração de emprego, renda e riqueza para todos.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

(O Sr. Vinicius Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Bolsonaro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Vou explicar aos colegas Parlamentares rapidamente a dinâmica, seguindo o Regimento da Casa e o que me foi passado pela assessoria.

Nós temos agora, pelo tempo de Liderança, o Deputado Vinicius Carvalho, que já está ali, em posição. Acabando os Líderes, vamos para as Comunicações Parlamentares, pela ordem: Deputado Zé Geraldo, do PT; Deputado Danilo Forte, do PSDB. Na sequência, retornamos para as breves comunicações, seguindo alista que está aqui a minha frente: o 13º orador é o Deputado Weliton Prado, a 14ª é a Deputada Erika Kokay, o 15º é o Deputado Adelson Barreto e o 16º é o Deputado Waldenor Pereira. Conforme forem ocorrendo as dinâmicas entre um e outro, eu libero 1 minuto para os colegas falarem.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dar como lido discurso em que registro que em 3 de agosto é comemorado o dia de uma das maiores expressões culturais afro-brasileiras: a capoeira, Patrimônio Cultural Brasileiro. Eu sou parceiro da liga, da Federação Acreana de Capoeira e de movimentos independentes. Nós destinamos 1 milhão de reais em emendas parlamentares para trabalhar os planos de salvaguarda.

Também quero registrar minha contrariedade à Medida Provisória nº 844, de 2018, que abre espaço para a privatização dos serviços de saneamento e minha solidariedade — estive à tarde com outros Parlamentares do PT — aos companheiros do MST e de outros movimentos que estão em greve de fome por justiça ao Presidente Lula, pela liberdade do Presidente Lula e por Lula Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEO DE BRITO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Concedo a palavra ao Deputado Vinicius Carvalho, pelo tempo de Liderança.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Gostaria primeiramente, Presidente Eduardo Bolsonaro, que este nosso pronunciamento fizesse parte de todos os veículos de comunicação da Casa, inclusive do programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um projeto de lei tramitando nesta Casa, desde 2017, o Projeto de Lei nº 8.535, que trata sobre a segurança do transporte aquaviário nas águas sob jurisdição nacional.

Eu tomei conhecimento desse projeto, colegas Deputados e Deputadas, no final do ano passado, e fui conhecer um pouco sobre aquilo de que ele trata. Estive na CLIA — Cruise Lines International Association, conversando com o Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, e, para minha surpresa, foi falado deste projeto prontamente contra o serviço e os profissionais ligados à área da praticagem. São aqueles profissionais que atuam quando o navio está para atracar nos portos, sejam eles de mar aberto ou de rios. Pela legislação, tem que existir no navio essa pessoa, esse profissional prático, para fazer a atracação do navio. Até então eu desconhecia essa prática, como boa parte das pessoas desconhece essa prática e esse serviço. Eu fui conhecer o serviço da praticagem.

Digo para as senhoras e para os senhores que nós estamos chamando aqui para uma audiência pública, amanhã — exatamente amanhã, quinta-feira, dia em que nesta Casa não há funcionamento, mas funcionará o Plenário 2 desta Casa, para recebermos aqui diversas autoridades —, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; o Diretor de Portos e Costas da Marinha do Brasil, o Vice-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha; também o Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação; o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima; também o Presidente da Associação Brasileira dos Cruzeiros Marítimos. Estamos chamando esses e mais duas outras pessoas representando o segmento.

O que me surpreendeu nesse período de basicamente 7 meses, 8 meses, Deputado Eduardo Bolsonaro, Presidente desta sessão em que nós estamos falando, é que os práticos são profissionais abnegados e de extrema importância para a economia do nosso País e para a segurança da navegação nos nossos portos.

Não contente apenas em ouvir falar, eu fui conhecer. Eu fui ao Rio de Janeiro, eu fui a Santos, eu fui a Salvador e eu fui a Santa Catarina, São Sebastião e também Itajaí. Eu tive a oportunidade de embarcar em um navio em alto-mar em Itajaí, e posso falar aqui com propriedade. Dentro da lancha dos práticos, eu fui 5 quilômetros a mar aberto e subi em um navio norueguês, com a permissão do comandante, acompanhando o prático, para ver o quão arriscada é a atuação desses profissionais. É muito fácil nós vermos. E não estou aqui defendendo a praticagem ou o prático, eu estou aqui fazendo meu papel como Parlamentar, que é conhecer todas as temáticas pelas quais nós lutamos aqui nesta Casa, como para aprovar o Projeto de Lei 8.535, que aqui está.

Muitos dos nossos colegas simplesmente votam nos projetos porque um colega pediu para votar. Eu não trabalho dessa maneira. As pessoas que conhecem a nossa atuação parlamentar sabem muito bem que eu gosto de me inteirar sobre a temática sobre a qual devo votar. E a partir do momento em que eu conheci sobre esse projeto, eu quis conhecer os atores que fazem parte desse projeto que está aqui, que visa regulamentar, dispor sobre a competência da segurança do tráfego aquaviário, que hoje pertence à autoridade marítima, que é a Marinha. Esse projeto quer passar para a responsabilidade da ANTAQ, uma agência reguladora, o cuidado com a segurança aquaviária.

Pelo que eu entendi, a ideia, o escopo principal desse projeto — inclusive este é o motivo da nossa audiência pública de amanhã, dia 9 de agosto de 2018, a partir de 9h30min da manhã, no Plenário 2, para a qual convido a todos — é debater a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. A segurança tem que estar em primeiro lugar; não os interesses econômicos, porque quando tratamos de segurança estamos tratando de vidas humanas, de preservação do meio ambiente, e não podemos colocar interesses econômicos de nenhum segmento à frente da segurança de vidas humanas e também do meio ambiente.

Por isso, estamos chamando aqui autoridades para poder falar sobre o assunto. Todos vão ter oportunidade de expor, de fazer as suas exposições, e eu, como autor desse requerimento, juntamente com os Deputados que quiserem estar presentes à audiência, vamos debater a temática. Faz parte do nosso processo democrático debater, em audiência pública, o que é de interesse da sociedade: defender os meios aquaviários, defender os portos, defender a segurança daqueles que viajam em navios de turismo, daqueles que transportam grãos, transportam minérios, transportam qualquer tipo de produto químico, que pode trazer danos não só à vida humana, como também ao meio ambiente. Isso requer por parte da autoridade marítima, da Marinha do Brasil, a competência para criar as normas. Esse é o papel da Marinha do Brasil, e não de nenhuma agência reguladora. Esse o posicionamento que nós passamos, depois de conhecer, depois de me reunir com o Presidente da CLIA, com quem estive, e depois de ter visitado cinco portos onde temos a praticagem no nosso Brasil — volto a dizer: Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Itajaí e São Sebastião.

Para finalizar, eu entrei em um navio, a 5 quilômetros da costa, subi como um prático faz — e olha que eu pratico atividade física —, e não é mole, não, meu amigo! E o mar estava tranquilo, mas eles fazem isso inclusive quando o mar está revolto. Fazem o trabalho deles. E depois, juntamente com o comandante do navio, no passadiço, eles conduzem o navio, com muita segurança, para atracar. Imaginem: a atracação de um navio de 300 metros de comprimento, que encostou no porto, e nada foi sentido. Essa é a praticagem que temos no nosso País.

Amanhã teremos audiência pública. Quem quiser debater e conhecer, eu convido. Faça como eu: não vá embora hoje, vá embora amanhã, depois da audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Deputado Vinicius Carvalho.

Chegou mais um pedido de uso da palavra pelo tempo de Liderança, o do Deputado Sergio Souza, do MDB.

Peço-lhe desculpas, Deputado Valmir Assunção. Eu me atrapalhei com a lista. Passo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, quero registrar que, em Salvador, o Prefeito da cidade, que é do DEM, cada vez mais neste segundo mandato está ficando truculento, perseguidor e golpista. Mas ele é amigo do Michel Temer, e não é novidade.

Eu digo isso porque na última segunda-feira, eles trataram os professores, na Praça Municipal, de uma forma absurda, com *spray* de pimenta e com violência da Guarda Municipal. Tudo isso foi a mando do Prefeito ACM Neto. Isso nós não podemos aceitar em Salvador e em lugar nenhum!

A truculência do Prefeito é muito grande. Os professores só querem dialogar, querem respeito aos seus direitos. É fundamental a educação para toda a população. Os professores estão há vários dias em greve. É preciso que o Prefeito de Salvador possa dialogar e resolver essa questão, que é fundamental para a população de Salvador.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Prezados, retificando mais uma vez, se chegar um Líder, independentemente de minha vontade, tenho que dar a palavra a ele.

Eu sempre vou alternar, 1 minuto para os que estão aqui embaixo, depois o tempo regimental para quem está na tribuna.

O Deputado Sergio Souza fez a gentileza de permitir que o Deputado Edmilson Rodrigues fale antes.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro e Deputado Sergio Souza.

Quero anunciar que Belém reúne cerca de 30 mil pessoas de 50 países esta semana em quatro eventos, que são: o 16º Congresso Internacional de Etnobiologia; o 12º Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia; a 1ª Feira Mundial da Sociobiodiversidade; e a 9ª Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Realmente é uma honra para nós paraenses e brasileiros recebermos povos do mundo inteiro, inclusive muitas comunidades indígenas.

O jornal *Diário do Pará* e o jornal *O Liberal* mostram a foto do Cacique Raoni Metuktire, que é caiapó e participa como palestrante neste evento.

Quero parabenizar os organizadores do evento e desejar-lhes sucesso.

Amanhã eu estarei em uma das rodas de conversa e visitarei a Feira, inclusive para adquirir artesanatos belíssimos e de alto nível, feitos pelos povos do mundo inteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Tem a palavra o Deputado Sergio Souza, como Líder do MDB.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e todos aqueles que nos ouvem e nos assistem pelos meios de comunicação desta Casa, boa tarde.

O primeiro assunto que me traz à tribuna são os fundos de pensão. O Parlamento brasileiro promoveu uma CPI nos anos de 2016 e 2017. Essa CPI produziu resultados importantíssimos para o combate à corrupção.

Eu tive o privilégio de ser Relator dessa CPI. O relatório final apontou algo em torno de 7 bilhões de reais de roubo nos fundos de pensão da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, especialmente dos Correios, o POSTALIS. Apontamos e indicamos mais de 350 pessoas físicas e jurídicas no nosso relatório.

Uma CPI, quando não acaba em *pizza*, tem desdobramentos.

E esses desdobramentos acontecem em uma série de operações da Polícia Federal, conjuntamente com o Ministério Público Federal, onde já temos mais de 9 bilhões de reais bloqueados pela Justiça brasileira daqueles que roubaram os fundos de pensão das estatais brasileiras.

Além disso, nós temos ações judiciais, como a ação judicial proposta pelo Ministério Público Federal contra o banco BNY Mellon, de Nova York, que veio aqui para administrar o fundo de pensão dos Correios, o POSTALIS, para roubar os carteiros do Brasil. O BNY Mellon, que tem em carteira mundial mais de 30 trilhões de dólares, veio administrar um fundo de pensão de 7 bilhões de reais e causou um rombo de mais de 6 bilhões de reais, chegando a ponto de, recentemente, a CVM promover uma multa administrativa de 7,2 bilhões de reais. Pasmem, senhoras e senhores, tudo isso a custo dos carteiros do Brasil!

Mas veja o que é pior, Sr. Presidente. O que é pior é que tem que ser repostado. E quem é que está repondo esse prejuízo? Os funcionários da Caixa Econômica Federal para a FUNCEF, os funcionários da PETROBRAS para a PETROS, os funcionários dos Correios para o POSTALIS.

E aqui eu faço uma referência a uma situação muito peculiar, e nós temos que chamar a atenção do Parlamento e do Governo brasileiro para a questão dos carteiros.

Vou tomar a liberdade de ler aqui dois parágrafos colocados pelos participantes do POSTALIS que foram até o meu escritório na semana passada conversar comigo, num sentimento de salvação: "*Tomados os nossos descontos naturais, os descontos do fundo de pensão e mais o que pegamos em consignado, tem carteiro aposentado recebendo menos de 1 salário mínimo*".

As reservas dos fundos BD e POSTALPREV sofreram sensíveis perdas em decorrência de reprecificações de ativos promovidas pelo interventor atual, que hoje comanda a Pasta. O que quer dizer reprecificação? Quer dizer que, se tinha no plano determinado papel valorado em cem, reprecificou-se para 50. Quer dizer que os outros 50 viraram déficit e o carteiro aposentado tem que pagar essa diferença, que será descontada do seu salário.

E aí, Sr. Presidente, o prejuízo já chega a algo em torno de 1,5 bilhão de reais. E o maior responsável por isso é o BNY Mellon, que promoveu esse grande desgaste nos fundos de pensão do Brasil, especialmente o POSTALIS.

O segundo assunto que me traz à tribuna hoje, Sr. Presidente, caros amigos, é o censo agropecuário divulgado pelo IBGE, esta instituição brasileira renomada, de uma confiabilidade enorme pela sociedade brasileira, que traz alguns dados muito importantes.

Nós temos algo em torno de 5,2 milhões de propriedades no Brasil, nós temos algo em torno de 14 milhões de brasileiros envolvidos no sistema da agricultura, um pouco mais de 6%, 7% da população brasileira. Mas a agricultura e a pecuária representam 25% do PIB nacional direto e mais 25% do indireto. Metade de tudo o que se produz e se gera neste País é agro, Sr. Presidente: a roupa que nós estamos vestindo, o alimento que nós consumimos, esta tribuna, através da floresta plantada, que gera madeira, e assim por diante.

Vejam só que dados interessantes: de todo o território nacional, 20% estão ligados a pastagens, 9% à agricultura e a florestas plantadas. E olhem que somos o maior produtor de florestas plantadas do planeta e o segundo maior produtor de grãos do planeta. Só utilizamos 9% do território nacional para isso. Quatro por cento são estradas e cidades — o que corresponde à metade do que usamos para grãos e florestas — e 67% são floresta nativa ou recomposição de mata nativa. Que fantástico isso!

No entanto, passamos por uma série de dificuldades no setor agro. Parece que não, que o Brasil vai bem, que o agro vai bem, mas não é só isso. Vejam só: o custo de produção aumentou violentamente, em decorrência do aumento do dólar, do aumento do petróleo, da greve dos caminhoneiros, que não deixa o fertilizante chegar ao nosso produtor rural, que vai atrasar o plantio da soja, que é a safra de verão, que necessariamente vai atrasar a safra de inverno, que é o plantio de milho. Ele não consegue esvaziar os silos da safra de soja passada para conseguir colocar o milho, porque o porto não carrega os navios, porque os caminhões não conseguem levar a produção até os portos brasileiros, por conta do resultado da greve dos caminhoneiros e da burocracia para se formar uma tabela de frete.

O Brasil tem uma capacidade enorme de criar problemas para si mesmo. Enquanto nós deveríamos facilitar, nós criamos problemas para nós mesmos.

Gente, a vocação do Brasil é agro! Não há como fugir disso. Nós jamais vamos conseguir competir com a China para fazer um celular, mas a China jamais vai conseguir competir com o Brasil para produzir um quilo de frango, de peixe, de queijo, de gado bovino. É isso.

E aqui eu encerro a minha fala, Sr. Presidente, dizendo: viva a agricultura, viva o agro brasileiro, viva o IBGE, com esse senso agropecuário!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Passo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Waldenor Pereira e, na sequência, ao Deputado Zé Geraldo, pela Liderança do PT.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, registro toda a nossa solidariedade e o todo o nosso agradecimento aos companheiros e companheiras dos movimentos sociais Via Campesina, MST, MPA, Levante Popular, que já há 9 dias mantêm uma greve de fome em defesa da liberdade do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em defesa da democracia brasileira, em defesa do povo oprimido do nosso País.

Hoje pela manhã, eu estive participando de uma comitiva de Parlamentares visitando esses heroicos companheiros e companheiras, que, num gesto de radicalidade, num gesto extremo, protesta veementemente contra a decisão da Justiça brasileira, que, sem provas, condenou e acabou prendendo o nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Operação Lava-Jato completou 4 anos em março. Foram mais de mil os processos instaurados, mais de 600 as buscas e apreensões, mais de 300 as delações premiadas, com centenas de horas de gravações, e eles não foram capazes de construir nenhuma prova contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, o companheiro Lula é um preso político, o companheiro Lula é inocente, e, por isso, deixamos o nosso agradecimento, o nosso reconhecimento aos companheiros do movimento social que nesse gesto de radicalidade, nesse gesto extremo de greve de fome, protesta contra o Supremo Tribunal Federal e toda a Justiça brasileira por ter tomado essa decisão de aprisionar o nosso companheiro Lula.

Em todas as pesquisas de opinião realizadas no País, o povo brasileiro está dizendo em alto e bom som que quer o seu retorno à Presidência da República, que quer ver de novo o País feliz, o povo brasileiro feliz. Portanto, deixo a nossa solidariedade e o nosso reconhecimento.

Eu que participei hoje dessa visita pude ter a oportunidade de agradecer aos companheiros da Vila Campesina, do MST, do MPA, do Levante Popular pelo gesto de solidariedade também, de protesto veemente contra o Judiciário brasileiro, que mantém aprisionado um cidadão honesto, um cidadão inocente, que tanto bem fez ao País, porque tem medo, na verdade, de que o Lula uma vez candidato possa vencer as eleições no primeiro turno e novamente governar o nosso País.

Lula livre! Lula Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria ocupar a tribuna neste momento para fazer um registro da nossa convenção que aconteceu neste fim de semana lá em Rondônia, no domingo, com o Democratas, PSDB, PSD, PRB e Patriotas, que foi uma grande festa.

Aqui está a Deputada Mariana Carvalho, que preside o PSDB no Estado de Rondônia, eu presido o Democratas, o Expedito Netto, Deputado Federal, preside o PSD, o Deputado Federal Lindomar Garçon preside o PRB e o Ismael preside o Patriotas. Foi um momento de festa, em que nós tivemos indicado e homologado o nome do ex-Senador Expedito Júnior para Governador do Estado de Rondônia e o nosso nome homologado para concorrer ao Senado Federal.

Eu queria dizer da alegria de ter promovido esse evento no nosso Estado e também agradecer a cada um dos rondonienses que participaram daquele momento democrático que foi na verdade uma grande festa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Prezados Deputados que chegaram agora, eu vou explicar a dinâmica que estou adotando. Estou seguindo a lista, segundo o Regimento Interno. Entre um orador e outro, nós estamos permitindo 1 minuto para a fala dos colegas. Há muitos colegas que querem falar 1 minuto. Há aqui uma lista para quem deseja falar 1 minuto.

Agora, pela ordem, após o Deputado Zé Geraldo, há 1 minuto para o Deputado Roberto de Lucena; depois, retorno à lista, que tem a Professora Dorinha Seabra Rezende, Afonso Motta, Zenaide Maia, Arnaldo Jordy, Hildo Rocha e Pompeo de Mattos. Enquanto S.Exas. se dirigem à tribuna, haverá oradores para falar por 1 minuto. Estou alternando entre um e outro.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo, pelo PT.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem em todo o Brasil, nesse domingo próximo passado, o Partido dos Trabalhadores fez uma grande festa, uma grande convenção, uma convecção apaixonada, em que nós decidimos e oficializamos o nome do nosso Senador Paulo Rocha como pré-candidato a Governador do Pará e o meu nome como pré-candidato a Senador pelo PT do Pará.

Nós vimos já de segunda-feira para cá brigas, inclusive pelos vídeos de pré-candidatos a Senadores que não puderam ser Senadores numa convenção, de Deputados que não podem ser candidatos e que estão querendo ser Senadores numa outra convenção. Já se iniciou uma grande briga entre a coligação liderada pelo PMDB no Pará e a coligação liderada pelo Democratas e PSDB no Pará. São sujos falando dos mal lavados, é isso que está acontecendo.

Nós queremos aproveitar essas eleições no Pará para apresentar um programa, um plano de Governo, a um povo que precisa que o Estado organize políticas públicas para melhorar a vida de todos, daqueles que moram nas áreas urbanas, daqueles que moram nas áreas rurais. Precisamos apresentar uma proposta de Governo que permita ao povo pensar que é possível combater a violência naquele Estado.

Não existe lugar nenhum no mundo em que se mate tanto, em que se assalte tanto, em que se faça tanta gente chorar, tanta gente sofrer, como no Estado do Pará, principalmente, na região metropolitana.

Nós vamos nos comprometer a melhorar o ensino público no Pará, principalmente o ensino médio, que é um dos piores do Brasil. Mas não é com menos professores, é com mais professores. Nós vamos escrever no nosso plano de Governo que, ao ganharmos as eleições, nós vamos pagar o piso nacional do magistério a todos os professores e professoras daquele Estado, porque o Governo atual não paga.

Nós precisamos ter políticas que gerem emprego. No Pará, somente os grandes projetos ganham e têm subsídios.

O ouro do Pará vai embora, e não se paga 1 real de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, como o minério de ferro. São mais de 4 bilhões de reais que o Estado deixa de arrecadar, dinheiro que poderia servir para cuidar do nosso povo.

Vamos propor um programa de trafegabilidade rural e urbana, não esses de véspera de eleição. É um asfaltinho para cá, um asfaltinho para lá, que muitas vezes não aguenta 6 anos, 7 anos e está se desmanchando, é o chamado “asfalto Sonrisal”. Os asfaltos que foram feitos há 5, 6, 8 anos a maioria já não é mais asfalto, é preciso arrancar e fazer de novo.

Essas eleições não podem ser medidas por apenas um chequezinho moradia ali, uma emendinha acolá.

Deputados que aqui nesta Câmara, Deputados do Pará, a grande maioria... Para ser bem prático, dos 17, apenas 3 votaram aqui na Câmara a favor do povo: eu, Zé Geraldo; o Deputado Beto Faro, do PT; e o Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, os outros votaram duas vezes para que o Temer não fosse investigado, para segurar esse Temer aí que está desgraçando este País. No Senado, no caso dos Senadores do Pará, o Senador Paulo Rocha votou contra a lei de limites de gastos; os Senadores do MDB e do PSDB votaram a favor da lei de limite de gastos. Ora, a lei de limite de gastos é o passaporte para a escravidão!

Eu queria que os políticos do Pará que mantiveram o Temer aí, que ajudaram a tirar a Dilma, que votaram pela reforma trabalhista enganosa, que votaram para cortar o dinheiro dos programas, dissessem ao povo do Pará nessa campanha por que as obras estão paradas; por que o asfaltamento da Cuiabá-Santarém, da Transamazônica, não acontece mais; por que a ponte do Rio Xingu não começa em Belo Monte, no Rio Xingu; por que a ponte do Rio Araguaia, em Xambioá e em São Geraldo — o Temer pegou um avião aqui e foi lá enganar o povo —, não se inicia. Por que no Pedral do Lourenço as obras não se iniciam, para fazer a nossa hidrovia de Marabá ao porto de Vila do Conde, permitir que a navegação aconteça inverno e verão, e assim muitas cargas, centenas de cargas que já estão pressionando as nossas rodovias, possam ir por água ao Porto de Vila do Conde, construído pelo nosso Governo, obra colocada no PAC? Os políticos têm que responder por que são a favor de acabar com a aposentadoria do nosso povo.

Agora eles estão indo lá atrás dos pescadores, porque começaram a pagar algum seguro defeso, porque foram colocados na Justiça, e querem dizer que eles é que estão a favor dos pescadores.

Sr. Presidente, como é que um Senador e um Deputado Federal querem acabar com a aposentadoria do pescador e da pescadora, querem acabar com a aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural? Só não acabaram porque nós não deixamos! Mas, se ganharem, eles querem colocar, ainda este ano — quem sabe? —, que o povo se aposente aos 69 anos, 70 anos.

E junta a lei do limite de gastos, a reforma da Previdência — querem acabar com a aposentadoria do povo —, a reforma trabalhista. É o passaporte para a escravidão do povo brasileiro!

E agora aumentam o valor da energia. Digam ao povo: “*Mais 11% na conta da sua energia!*” E agora, quem é o culpado? “*Ah, não somos nós.*” Falem para o povo, vão para a tribuna, vão para a rádio, vão para a televisão! V.Exas. não têm televisão no Estado inteiro? V.Exas. não têm jornais? V.Exas. não tem rádio? Há Deputado do Pará que chegou aqui sem nenhuma rádio, e hoje é dono de 20 rádios só para falar besteira, para enganar o povo.

Falem, Deputados, em suas rádios no Pará, quem é o culpado por essa desgraça que está acontecendo no Brasil, quem é o culpado pela violência! Falem! Traduzam para o povo! V.Exas. não têm coragem.

Meus amigos, no Estado do Pará, quando o Lula e a Dilma governaram, um agricultor vendia um saco de farinha de mandioca de 60 quilos e comprava 3 botijões de gás de cozinha, 4 botijões, 5 botijões. Agora, em nenhuma região do Pará, um agricultor vende um saco de farinha de mandioca de 60 quilos e compra um botijão de gás. É verdade ou não é o que eu estou falando aqui? Um botijão de gás de cozinha custa, no Estado do Pará, entre 80 reais e 115 reais!

V.Exas. vão falar nas campanhas quem é o culpado por isso? Se falarem, vão falar que são o Temer e o Alckmin, que vão disputar a eleição com o Lula. Mas V.Exas. não vão falar.

E para terminar, os culpados disso tudo, Presidente, têm nome: Temer e Alckmin. Quem estiver com Temer assuma. Quem estiver com Alckmin assuma! Assumam, tenham coragem, não sejam covardes, não sejam lobos vestidos de cordeiro!

No dia 15, nós estaremos com 50 mil pessoas, 100 mil pessoas, em Brasília, para dizer ao TSE: “*Registre o Presidente Lula, porque ele é o único líder deste Brasil, e o povo quer o Lula para voltar a colocar o Brasil nos trilhos.*”

Presidente, que o programa *A Voz do Brasil* divulgue o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Falou o Deputado Zé Geraldo, pelo PT.

Vou conceder a palavra à Deputada Janete Capiberibe, por 1 minuto. E o próximo orador, o Deputado Weliton Prado, já está na tribuna.

Deputada Janete Capiberibe, V.Exa. quer falar por 1 minuto?

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP) - Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Chegou aqui o ofício em que se pede a inscrição de V.Exa. nas Comunicações Parlamentares.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP) - Então eu falarei nas Comunicações Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que é fundamental aprovar e garantir a regulamentação do *marketing* multinível, um dos setores da economia que mais crescem no nosso País e que precisa de uma segurança jurídica. É um projeto que já tem trabalhos nesta Casa.

Já há vários debates, e é preciso criar uma Comissão para que o projeto seja apreciado e votado. O *marketing* multinível é fundamental e urgente para garantirmos tranquilidade e legalidade nas atividades daqueles que atuam de boa-fé.

Não se pode confundir *marketing* multinível com pirâmide. É totalmente diferente. Como é a pirâmide? A pirâmide financeira é uma promessa de lucro fácil, depende basicamente da entrada de mais pessoas, que precisam pagar para participar do negócio sem que o produto exista. E no *marketing* multinível existe o sistema de venda direta, exista a venda de um produto. A pessoa ganha por aquilo que vende, pelo trabalho.

Então, é muito importante aprovarmos a regulamentação do *marketing* multinível. Eu, inclusive, assumi um compromisso com várias pessoas, entendendo a importância disso, pois gera emprego, gera renda. É uma atividade que cresce e está ajudando a aquecer a nossa economia, e é muito importante ter essa segurança jurídica.

Deixo o meu apoio, o meu compromisso de lutar até o fim aqui nesta Casa para aprovarmos uma legislação garantindo a regulamentação do *marketing* multinível.

Outro ponto de que eu gostaria de tratar é, mais uma vez, cobrar do Governo do Estado de Minas Gerais o pagamento para o Hospital São José e para os outros hospitais de Minas Gerais, que estão atrasados.

O Hospital São José interrompeu suas atividades. Ele atende várias cidades do Pontal do Alto Paranaíba, mais de 300 mil pessoas, e virou um caos total. É fundamental garantir o pagamento, para que o Hospital São José possa funcionar e atender bem à população.

Nós já vimos cobrando há muito tempo. O Governo não pode cometer essa irresponsabilidade. Há um grande clamor por parte da população. É preciso fazer alteração do teto do SUS, e o poder público municipal tem que assumir seu compromisso também. Agora, não podemos deixar paralisar um hospital tão importante para Ituiutaba e para a região.

Então, faço aqui, mais uma vez, um apelo ao Governador. Se deve, tem que pagar. Que pague ao Hospital São José o mais rápido possível! O Deputado Estadual Elismar Prado já cobrou, na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa, e eu estou aqui cobrando de novo.

Governador Pimentel, pague aquilo que deve! Pague os recursos na área da saúde, para que o Hospital São José possa atender a população de Ituiutaba e da região.

Gostaria que nosso pronunciamento fosse amplamente divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Weliton Prado.

Parabéns! Em 2016, todas suas emendas foram colocadas em hospitais do câncer, e todas já foram liberadas, não é isso?

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Eu que queria agradecer. É um compromisso que tenho: enquanto estiver na vida pública, 100% dos nossos recursos na área da saúde serão destinados para os hospitais do câncer. Já foram mais de 20 milhões — 15 milhões para o Hospital do Câncer de Uberlândia, para comprar acelerador, fazer o quarto piso, ter a possibilidade de fazer transplante de medula óssea, além das *vans* para transporte de pacientes para várias cidades. E coloquei recursos de mais de 3 milhões de reais para atender todos os hospitais do câncer de todas as regiões de Minas Gerais, para custeio.

É um compromisso que tenho enquanto estiver na vida pública: 100% dos nossos recursos de emendas impositivas serão destinados à área da saúde, aos hospitais do câncer de Minas Gerais, para atender todas as regiões de Minas Gerais, Patrocínio, Uberaba, Região Metropolitana, Montes Claros, sul de Minas, Zona da Mata, enfim, 100% das minhas emendas destinadas para todas as regiões do Estado de Minas Gerais, para combater o câncer, que tem cura. Tem que haver o diagnóstico e o tratamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Weliton Prado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO WELITON PRADO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Enquanto a Deputada Janete Capiberibe se dirige à tribuna, concedo a palavra à Deputada Mariana Carvalho. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Eduardo Bolsonaro, gostaria de registrar a realização da nossa convenção que aconteceu no domingo, dia 5, quando confirmamos a candidatura de Expedito Junior ao Governo, pelo PSDB, e do vice-Governador Maurício Carvalho. Foi registrada, também, a candidatura do nosso amigo Deputado Marcos Rogério ao Senado Federal. Aproveito para registrar todo o trabalho realizado por S.Exa. nesta Câmara dos Deputados.

Fizemos uma coligação com o PSDB, o DEM, o PRB, o PSD e o Patriotas para ajudar nossos Deputados Estaduais e Federais. Tenho certeza de que com isso conseguiremos ter força para alcançar um resultado positivo durante o período eleitoral.

Quero agradecer a todas as pessoas que saíram de longe, de todos os lugares do nosso Estado de Rondônia, do Cone Sul, dos distritos, para participar da linda festa que promovemos, uma festa de alegria e um momento de confraternização em que as pessoas lutam por mudanças no nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho. S.Exa. está acompanhada de sua equipe de filmagem, da qual faz parte o Deputado Marcos Rogério. Parabéns, Deputado!

Por conta da gentileza concedida pela Deputada Janete Capiberibe, concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro meus cumprimentos à Universidade do Oeste Paulista — UNOESTE pela inauguração da Faculdade de Medicina no Município de Jaú, no interior do Estado de São Paulo.

Foi uma luta muito grande para que esta conquista se concretizasse, tendo se dado pelo esforço e pela luta de várias pessoas comprometidas com esta bandeira.

Quero, de maneira especial, cumprimentar o Prof. José Eduardo Creste; a Dra. Ana Cristina de Oliveira Lima; o Vice-Reitor, Brunno de Oliveira Lima Anéas; o Pró-Reitor Acadêmico; e o Vereador Wagner Brasil de Barros, grande articulador desta conquista que é o curso de Medicina na Universidade UNOESTE, do Município de Bauru.

Parabéns, Jaú!

Parabéns, UNOESTE!

Parabéns, Estado de São Paulo!

Todos ganham com esta importante conquista, que qualifica, prepara e forma médicos para servirem não apenas a Jaú, mas a toda a região do Estado de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, pelo PSB, nas Comunicações Parlamentares.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero falar sobre a esperança para o meu Estado do Amapá, esperança para vencer o abandono, sentimento do povo do Amapá, de norte a sul, nos lugares por onde passamos durante o recesso parlamentar.

O atual Governo é o pior que o Amapá já teve: falta energia para o desenvolvimento econômico, como a indústria da pesca, impossível sem as fábricas de gelo. Dezoito mil mães foram cortadas do Programa Renda para Viver Melhor, que as mantinha tranquilas para comprar suas refeições e cuidar das suas crianças.

Dois mil e cem vigilantes foram demitidos, e as escolas estão sendo saqueadas. Os servidores, além de receberem os salários parceladamente há 3 anos, estão sem reajuste também há 3 anos. O que eles receberam agora não cobre nem a inflação. Em vez de realizar concurso público, o Governo terceiriza os serviços, precarizando-os.

As mulheres não têm exames preventivos na saúde pública. Pais e mães trabalhadores vivem a pior taxa de desemprego do País, que atinge 21% dos economicamente ativos. O dinheiro não circula, e o comércio fecha as portas. Faltam equipamentos e servidores na saúde pública. Nem as emendas, mesmo tendo recursos garantidos, são executadas. Obras executadas pelo Governo anterior, do Partido Socialista Brasileiro, foram abandonadas quando estavam poucos meses de ser entregues, como a Maternidade da Zona Norte de Macapá. Enquanto isso, a Maternidade Mãe Luzia está superlotada. Faltam equipamentos e insumos básicos. Os servidores da saúde estão sobrecarregados. As transferências de recursos aumentaram, mas não se vê para onde foi o dinheiro.

A esperança dos amapaenses está na candidatura de Capi, que foi lançado pré-candidato pelo povo do Amapá e confirmado, no sábado, na Convenção Estadual do Partido Socialista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores.

O Amapá quer recuperar o desenvolvimento sustentável que melhorou a economia e a vida dos amapaenses, diante da valorização da cadeia produtiva da floresta, da castanha do Brasil, do açaí, da andiroba, da indústria moveleira, da pesca, dos micro e pequenos empresários, pelo acesso e pela difusão da tecnologia, pela expansão das escolas, pela implantação

de cursos técnicos, pela recuperação dos serviços públicos, que o Governador fiscalizava pessoalmente. O Governador de que falo é o Senador João Alberto Capiberibe, que foi Governador do Estado do Amapá.

A esperança levará o Amapá a um futuro melhor! Temos certeza disso, assim como temos fé em Deus!

O outro assunto, Sr. Presidente, que trago neste espaço que meu partido me concede é que os estudantes indígenas — o Tanielson e a Braulina, e a liderança Junior Xukuru — denunciaram em audiência das Comissões de Direitos Humanos e de Educação, nesta terça-feira, a suspensão do Programa de Bolsa Permanência pelo Governo Michel Temer.

O Ministério da Educação diz que está tudo normal, mas os alunos estão sendo obrigados a abandonar os cursos, porque não receberam a bolsa de 900 reais que usavam para pagar o aluguel, a alimentação, o transporte e o material escolar. A demanda é por 5 mil novas bolsas. O MEC abriu metade, mas neste ano não homologou nenhum cadastro, nem pagou nenhuma bolsa.

Braulina Baniwa, estudante indígena da UnB, entregou um documento em que denuncia o corte e pede que se reduzam a burocracia, a tutela e o preconceito institucionais, como se vê acontecer também nesta Casa, diante dos entraves que cortam os direitos. Paralelamente, pediu o ingresso de estudantes indígenas e quilombolas aos programas de estágios desta Casa. A proposta será formalizada pelas Comissões de Educação e de Direitos Humanos. O Ministro da Educação foi convidado, mas não compareceu. Vamos apresentar requerimento para convocá-lo desta vez.

Esta Casa precisa revogar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congela os investimentos. Se as consequências já são muito ruins, imaginem em 20 anos! O congelamento de investimentos na educação será por 20 anos. Anular a PEC da Morte é a saída para retomar os serviços públicos e os direitos constitucionais à população.

O Programa Bolsa Permanência, que garante a graduação para a juventude indígena e quilombola, foi criado em 2013 e busca democratizar o acesso ao ensino superior, dando suporte financeiro aos estudantes indígenas, quilombolas e de baixa renda, a fim de que possam concluir os cursos universitários. O programa já atendeu cerca de 7.300 indígenas, 2.600 quilombolas e mais de 6.000 estudantes carentes. Hoje, são 9 mil indígenas e 10 mil quilombolas inscritos, segundo o MEC.

Vamos reverter este ataque do Governo Temer aos estudantes indígenas, quilombolas e carentes, que vivem em comunidades que esperam a presença desses futuros profissionais, formados pelas universidades públicas brasileiras.

Sr. Presidente, passo ao terceiro assunto que vimos tratar neste espaço, que nos foi concedido pelo nosso Partido Socialista Brasileiro. No compasso da política recessiva e de privatizações do Governo Temer, o Governo do Amapá causou um desemprego de 21,5%, demitiu vigilantes, sucateou os serviços, parcelou os salários e não concedeu reajustes aos servidores.

Ele aumentou as tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá e da Companhia de Água e Esgoto do Amapá, piorou os serviços e agora, às escondidas, diz que vai vendê-las. Os amapaenses, além de pagarem caro por um serviço ruim, vão perder o patrimônio que construíram ao longo de décadas. Servidores e usuários vão ficar com o prejuízo de um empréstimo feito pelo Governo do Estado ao BNDES para estudos de privatização da Companhia de Água e Esgoto do Amapá.

Sras. e Srs. Deputados, a água não é mercadoria: é um bem comum da humanidade. É inaceitável que continue um processo como este, que privatiza este bem precioso para a população do nosso Amapá.

Sr. Presidente, não podemos deixar de fazer o registro sobre a Lei Maria da Penha, que traz o nome de uma mulher que não se calou. Ontem, a Lei Maria da Penha completou 12 anos de grande importância, uma conquista das mulheres e da sociedade brasileira. Ela obrigou o poder público a meter a colher na violência doméstica para tirá-la da invisibilidade e encorajou a sociedade a cobrar ações para reduzi-la. Mas ainda falta o poder público estruturar a rede de proteção para receber as denúncias, proteger as mulheres que são vítimas e ser mais célere nas punições.

Precisamos continuar mobilizadas para mudarmos este modelo cultural e não aceitarmos a violência como algo normal.

Parabéns às mulheres e aos homens que lutam pelo fim da violência contra a mulher, e a esta Casa, que há 12 anos aprovou esta lei.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Muito obrigado, Deputada Janete Capiberibe.

(Durante o discurso da Sra. Janete Capiberibe, o Sr. Eduardo Bolsonaro, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Amaral, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para fazer uso da palavra pelo tempo regimental. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Peço a palavra por 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria deixar registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação nosso total apoio ao Movimento Quilombola de Sergipe, em nome de todas as lideranças, em especial os quilombolas de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande. Ontem, durante o dia inteiro e a noite, eles fizeram uma mobilização na Superintendência de Patrimônio da União — SPU para que sua pauta seja atendida: a demarcação das áreas. Hoje eles ocuparam o INCRA e estão em negociação.

Parabenizo a todos que apoiam a luta deles. Eles sabem que contam com nosso mandato na defesa da demarcação das terras quilombolas e do atendimento da sua pauta.

Parabenizo a todos pela luta e pelo compromisso em defesa das terras quilombolas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que nosso pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho repudiar a declaração do General Mourão, que quer ser Vice-Presidente do Brasil, ao dizer que a indolência é herança do povo indígena e a malandragem é herança do povo negro. Isso é uma falta de compreensão do que é este País, uma falta de compreensão do que é a população negra e a população indígena. Acho que ele deveria respeitar a população indígena e a população negra.

O que estamos vendo no Brasil, cada vez mais, é um conjunto de preconceituosos que utilizam da política para pregar uma divisão no Brasil, com muita raiva e muito ódio.

Eu não sou malandro! Sou negro e não sou malandro! Tenho orgulho de ser negro neste País e vou lutar cada vez mais para reafirmar a política para o povo negro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - De ofício, peço ao sistema de comunicação da Casa que transmita o pronunciamento do Deputado Valmir Assunção.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, pelo PT. S.Exa. dispõe do tempo regimental.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Os Deputados Valmir Assunção e João Daniel trazem as pautas de um passado que ainda está muito presente na nossa contemporaneidade.

Penso que o Brasil não fez o luto nem do colonialismo nem da escravidão, tampouco o luto da ditadura. Pedacos desses períodos traumáticos, que se caracterizam por uma profunda desumanização, estão na nossa contemporaneidade. Estes pedacos deste processo negam o outro e desumanizam. Acreditar que os negros trazem a malandragem ao Brasil e que os índios trazem a indolência significa não considerar nossa brasilidade, que é indígena e negra.

Por isso, há esta discussão sobre os quilombos. Agora no Quilombo Mesquita — acabamos de fechar uma audiência pública acerca disso —, o INCRA tentou reduzir em 80% o território já delimitado e já identificado como território quilombola. Quem está lá? Está lá uma fábrica ou uma empresa que tem como um dos sócios o Sr. José Sarney. Quem está lá? Está lá ou quer estar lá uma empresa que tem parentes ligados a vários Parlamentares e quer instalar um condomínio de luxo na terra que é do povo brasileiro, na terra de quilombolas.

Amanhã, o Supremo Tribunal Federal decide acerca do abate ritualístico. Se negar e criminalizar o abate ritualístico, em que o animal é abatido e alimenta o povo que ali está, para além do alimento espiritual, vai estar criminalizando os povos tradicionais de matriz africana. Espero que Supremo siga a Constituição, quando fala da liberdade de credo.

Por fim, venho dizer que, enquanto este País tiver um preso político — Luiz Inácio Lula da Silva está preso sem provas e sem crimes —, nós teremos a noção exata de como o golpe beija nossos rostos e de como o fascismo acha que pode perambular e pode, inclusive, pôr faixa presidencial. O fascismo estufa o peito e acha que pode carregar uma faixa presidencial! A faixa presidencial vai ser colocada no peito de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento solidarizando-me com seis representantes dos movimentos sociais que estão no nono dia de greve de fome. Eles deixam de comer para que todos tenham vida, e tenham vida em abundância, e para que este País volte a ter segurança alimentar, como teve no Governo Lula. E, seguramente, terá segurança alimentar no próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nossa solidariedade!

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Bolsonaro, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSL. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se Jair Bolsonaro for eleito, ele vai dar terra aos quilombolas, totalmente a propriedade. Os quilombolas vão parar de ser reféns dos partidos políticos. Eu adoro que eles nos processem. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque estas pessoas que eles dizem representar, os negros, elas é que vão testemunhar a nosso favor. Podem aguardar!

A sociedade está cansada desta divisão em que sempre surge um político aproveitador dizendo-se o defensor dos negros, o defensor das mulheres. A sociedade está toda dividida. É para isso, Deputado Delegado Éder Mauro, que servem a UNE, a UBES, o MST, o Levante Popular da Juventude.

Este caso agora não foi com as mulheres, não. É porque a mulherada do grelo duro está fazendo vigília em Curitiba.

Sr. Presidente, eu vim aqui para falar de um caso que está correndo na Internet, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Em 2016, algumas dezenas de páginas conservadoras foram derrubadas no Facebook, páginas com milhões de seguidores: Revoltados On Line; Bolsonaro Zuero; Bolsonaro Opressor; entre diversas outras.

Recentemente, houve o caso do MBL — Movimento Brasil Livre, também no Facebook e em algumas outras páginas. Agora, é a vez do Twitter. O Twitter derrubou centenas — não foram mais de dezenas: foram centenas — de páginas conservadoras em sua rede social.

E quando nós olhamos para o lado da esquerda, nada acontece, está tudo normal. E o pior é que, se entrarmos agora no Twitter do Comando Vermelho e no de diversas outras facções criminosas, veremos que elas seguem lá, continuam. O Twitter argumenta que está exigindo agora um número telefônico para ser associado à conta. Mentira. Muitos já colocaram telefone, e as suas contas continuam bloqueadas.

E eu falo que essa é uma perspectiva mundial, porque nos Estados Unidos o InfoWars, do Alex Jones, foi derrubado não só no Twitter, mas também no Youtube e no Facebook.

Sr. Presidente, alguns meses atrás, depois daquela fatídica audiência pública no Congresso norte-americano em que o Senador Ted Cruz colocou na sua frente o CEO do Facebook, o dono do Facebook, Mark Zuckerberg, não restam mais dúvidas. Depois daquela cara de paisagem dele, parecendo até uma criança querendo esconder para a mãe que roubou um doce na escola, todo mundo sabe que o patrulhamento do politicamente correto está em cima da Direita, Deputado Delegado Éder Mauro, em cima dos conservadores.

Nós achávamos que a Internet ainda era um local livre, um local que estava dando oxigenação na política. As pessoas não precisavam mais pedir: *“Por favor, jornal, publique a minha carta do leitor”*. Não. Hoje em dia, elas podem abrir a sua própria concorrência a qualquer meio de comunicação apenas colocando uma conta no Twitter ou no Facebook.

É uma pena, Sr. Presidente, é uma lástima que o Twitter esteja se aproveitando disso para fazer direcionamento político. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

De ofício, peço que o discurso do Deputado seja publicado por todos os meios de comunicação desta Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, neste sábado, dia 4 de agosto, o PSB e o PT do Amapá fizeram sua convenção estadual. Foi uma festa da democracia, que lotou a quadra da

Escola Azevedo Costa, em Macapá. Lideranças populares e políticas confirmaram João Capiberibe ao Governo. Capi é a vontade do povo para renovar a esperança, o trabalho e o desenvolvimento. Ele lidera, isoladamente, a primeira pesquisa registrada.

Com muita gratidão, recebo eu também a candidatura ao Senado, para ser, com o apoio de cada cidadão e cidadã do meu Estado, a primeira mulher amapaense eleita para o Senado da República, junto com nossos candidatos e candidatas a Deputados e Deputadas Federais e Estaduais, comprometidos com a dignidade e o bem estar do povo do Amapá.

A esperança reacende no coração dos amapaenses!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço a divulgação desta minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Muito bem. Está deferido o seu pedido, Deputada.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar o aniversário da Lei Maria da Penha.

No Distrito Federal, há um crescimento absurdo e injustificado do feminicídio, o que atenta contra a nossa humanidade. Nós tivemos recentemente três casos de feminicídio no Distrito Federal e atingimos um número de mulheres mortas, só porque são mulheres, no primeiro semestre, equivalente ao número que se atingiu durante todo o ano anterior. Aqui há ausência de políticas públicas. A Casa da Mulher Brasileira está fechada. Nós não temos políticas para que as mulheres possam romper o ciclo de violência.

Este é um momento no Brasil em que o fascismo está tão sem modéstia que acha inclusive que pode criar uma pós-verdade, que o que é dito não é o que é dito, é outra coisa. Não há dúvidas de que o que foi dito pelo candidato a Vice-Presidente é um atentado contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra ao Deputado JHC para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. JHC (PSB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna na tarde de hoje para tratar mais uma vez do preço dos combustíveis no Brasil.

Ao me debruçar sobre os gargalos que temos no nosso País, encontrei a Resolução nº 43, da ANP, que em seu art. 6º proíbe a venda direta de etanol. Surpreendi-me ao ver também que hoje nós temos três distribuidoras que controlam a distribuição dos combustíveis no Brasil. Enfrentamos um *lobby* grande por parte dessas três distribuidoras: a BR, a Raízen, que é da Shell, e a Ipiranga.

Nós nos aprofundamos no tema e chegamos a investigações sobre essas distribuidoras estarem controlando preços antes mesmo de os combustíveis chegarem aos postos. Nós fomos a sindicatos, a postos e a toda a rede que protege os consumidores brasileiros e chegamos também à conclusão de que há uma forte organização, um oligopólio feito por essas distribuidoras de combustíveis no Brasil.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós deparamos com a operação Margem Controlada. Essa operação foi feita pelo Ministério Público do Estado do Paraná e pela Polícia Civil, a quem parabeno por, de forma efetiva e contundente, atacar o controle da venda de combustíveis, especialmente em Curitiba.

Então, essas três distribuidoras, que atuam junto a 400 postos, praticamente controlam a distribuição de 70% dos combustíveis.

O que acontecia por lá? Em cada localidade, a distribuidora, na cara de pau, contratava motoboys para pressionar donos de postos de combustíveis, controlando o preço, ou seja, controlando a margem antes mesmo de o combustível chegar ao posto. Elas obrigavam os donos de postos a tirarem fotos e enviar, para mostrar o quanto estão cobrando pelo combustível.

Então, elas controlam o preço do combustível, indo contra a livre iniciativa, contra a livre concorrência, contra o direito de todos nós consumidores. E aí ficam lá nessa fiscalização, para controlar. Essa ordem ilegal parte das distribuidoras.

Essa operação que foi feita em Curitiba pode ser imitada no Brasil todo. Por isso estamos propondo uma CPI para investigar as distribuidoras no Brasil, a fim de poder, de uma vez por todas, lançar luz sobre algo que é questionável, que é feito de forma criminosa, o oligopólio e o controle dos combustíveis no Brasil. Nós precisamos acabar com esses atravessadores, que têm encarecido o preço dos combustíveis no Brasil, têm controlado praticamente os preços dos combustíveis, têm prejudicado todos os brasileiros, e também porque há um estranho alinhamento da Agência Nacional do Petróleo com as próprias distribuidoras.

Nós já contamos com 62 assinaturas e esperamos colher outras tantas na próxima semana, durante o esforço concentrado, para que, de uma vez por todas, possamos investigar o cartel, o oligopólio, essa máfia que as distribuidoras estão querendo estabelecer no Brasil a partir do controle do preço dos combustíveis no momento da distribuição, ou seja, antes mesmo de os combustíveis chegarem aos postos.

Sr. Presidente, Deputado André Amaral, gostaria que o meu discurso fosse divulgado pelos meios de comunicação da Câmara, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - O seu pedido está deferido, conforme o Regimento.

Quero dizer que na Comissão de Defesa do Consumidor há uma Subcomissão proposta por nós justamente para acompanhar essa situação. E a CPI que V.Exa. propõe, tenho certeza, vai trazer grandes resultados para o consumidor final de combustível no Brasil.

O SR. JHC (PSB - AL) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Gostaria de convidar o Deputado Roberto de Lucena, que abriu mão da sua fala anteriormente para que o Deputado JHC pudesse falar.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são dois os registros que eu preciso fazer nesta oportunidade.

O primeiro diz respeito à próxima semana, para quando há a expectativa de que no esforço concentrado se aprecie a matéria que discutirá a regulamentação da lei sobre o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza — ISSQN .

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para a importância de aprovarmos uma regra de uma transição que não sacrifique os Municípios, sobretudo aqueles que estão sofrendo perdas com a nova lei, a exemplo de Poá, no Alto Tietê, na Grande São Paulo, que perde quase 40% do seu orçamento, da sua arrecadação com essa lei. É necessário, é importante que este Congresso Nacional não deixe para trás nenhum brasileiro, não deixe para trás inclusive os brasileiros de Poá, porque nós precisamos estar ao seu lado e ao lado da administração a fim de garantir a transição e a continuidade dos serviços oferecidos à população.

Também registro, Sr. Presidente, que ontem nós comemoramos os 12 anos da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha. Infelizmente, nesta mesma data, lá em São Paulo, no meu Estado de São Paulo, foi feito o sepultamento da soldado da Polícia Militar Juliane dos Santos Duarte, de 27 anos. Ela não foi morta por ser mulher, não foi morta por ser negra, mas pelo ofício, pelo exercício da profissão de policial militar.

Neste momento, quero me solidarizar com a sua família e com toda a corporação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que chora a perda de mais uma profissional de seus quadros, que dedicou a vida à segurança e proteção da sociedade. Infelizmente, quando ela se apresentou como policial numa periferia do ABCD de São Paulo, foi cruelmente assassinada.

Eu lamento, Sr. Presidente, não estar vendo neste plenário manifestações de repúdio a esse assassinato, discursos que mostrem a posição deste Congresso Nacional, por parte de todas as correntes partidárias, em relação à morte da policial Juliane dos Santos Duarte, que não era uma militante política, uma ativista política, mas uma policial militar.

Para concluir, quero reafirmar o meu lamento, a minha solidariedade à família da vítima e a minha preocupação por não ver este Plenário e o Brasil se manifestarem diante desse episódio, diferentemente de como foi feito em episódios anteriores.

No dia em que comemoramos os 12 anos da Lei Maria da Penha, uma mulher, uma negra da periferia de São Paulo, foi sepultada porque foi brutalmente assassinada. Condeno esse acontecimento, assim como também todo tipo de violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência que acontece dentro de casa, dentro da família, o que ainda é uma das vergonhas da sociedade brasileira, um desafio a ser vencido e superado por todos nós.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Eu que lhe agradeço, Deputado Roberto de Lucena.

Convido o Deputado Raimundo Gomes de Matos para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, telespectadores da TV Câmara, em reunião realizada na Federação da Agricultura do Estado do Ceará, presidida pelo nosso estimado Flávio Saboya, foi-me solicitado para aqui fazer uma articulação e debatermos o novo Manual de Crédito Rural, editado pelo Banco Central. Conversei hoje na Comissão de Agricultura para que possamos

debater esse assunto, tendo em vista que o novo Manual de Crédito Rural torna facultativa a presença do engenheiro agrônomo, não considerando mais necessária a presença do engenheiro agrônomo no processo de contratação do crédito rural.

Sr. Presidente, o engenheiro agrônomo é indispensável, é imprescindível para que haja o desenvolvimento sustentável da agricultura em nosso País. Nós estamos tendo um grande desenvolvimento, principalmente no agronegócio, e a ausência do engenheiro agrônomo gera instabilidade. Excluir ou limitar a presença do engenheiro agrônomo na elaboração e execução dos projetos é colocar a segurança alimentar e ambiental do povo brasileiro em risco iminente.

Neste momento a Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, ao lado da Confederação Nacional da Agricultura e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, faz uma solicitação para que haja a revisão e a readequação necessária desse Manual de Crédito Rural, a fim de que possamos garantir a sustentabilidade, o bom desempenho e a evolução da agricultura do nosso País.

Então, nós nos posicionamos contrários a essa edição, do modo como está, do Manual de Crédito Rural editado pelo Banco Central, que faz com que não seja necessária a presença do engenheiro agrônomo na hora de elaborar, de executar os projetos.

Queremos também ressaltar, Sr. Presidente, que esta Casa e o Senado aprovaram no ano passado a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nós, inclusive, fazemos parte da Frente Parlamentar de Assistência Técnica e Extensão Rural. E é de suma importância fazermos com que, através da ANATER, seja possível, efetivamente, junto aos Estados e aos Municípios, a presença do técnico agrícola. Em muitas comunidades da agricultura familiar, em vários assentamentos, em vários projetos da agricultura, é necessária a presença do técnico agrícola, para que ele possa fortalecer, apoiar, orientar aquela comunidade, orientar aquela população.

Então, nesse momento nós estamos nessa luta para que também o Governo Federal dê apoio aos Estados e aos Municípios, a fim de que possam contar com a presença do técnico agrícola.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Convido o Deputado Leonardo Monteiro para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui manifestar, mais uma vez, a minha indignação contra a reforma política que foi aprovada grande maioria dos votos do Plenário desta Casa no ano passado, em 2017, no mês de julho, proposta essa encaminhada por esse Governo golpista que está aí.

Eu votei contra, porque naquela época nós já tínhamos uma previsão de que a reforma trabalhista seria uma lei contra a classe trabalhadora, contra este País, porque provoca um desarranjo entre o capital e o trabalho. Sem dúvida nenhuma, agora nós estamos vendo as consequências dessa reforma trabalhista aprovada por esse esquema de Governo golpista instalado no nosso País.

Nós estamos vendo o prejuízo de todos os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil inteiro, mas eu queria destacar, sobretudo, a situação de Minas Gerais. O Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Juiz de Fora e Região — SINTRAPOSTO e a federação que acompanha a categoria estão, há quase 2 anos, lutando para acertar um acordo coletivo entre a classe trabalhadora dos frentistas e dos trabalhadores de postos de gasolina e os representantes do setor empresarial, das distribuidoras e dos postos de gasolina. Não se consegue chegar a um acordo devido à arbitrariedade dos representantes do setor patronal, alicerçados nessa reforma trabalhista danosa à classe trabalhadora.

Sr. Presidente, manifesto aqui a nossa solidariedade e o nosso apoio ao SINTRAPOSTO, sindicato dos trabalhadores frentistas e funcionários de postos de gasolina, neste momento importante, em que eles estão encontrando uma dificuldade muito grande de negociação com o setor patronal em Minas Gerais. Quero reafirmar aqui: o setor patronal está alicerçado nessa legislação trabalhista, que veio para desestabilizar e enfraquecer os sindicatos e colocar os trabalhadores nessa situação de instabilidade e insegurança. Todos os trabalhadores frentistas e funcionários de postos de gasolina de Minas Gerais estão preocupados, porque não sabem qual será seu reajuste.

Por isso, manifesto a nossa solidariedade e o nosso apoio e, mais uma vez, coloco o nosso mandato à disposição dessa categoria. Cada vez mais, queremos transformar esta tribuna da Câmara dos Deputados numa tribuna em defesa da classe trabalhadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Muito obrigado, Deputado.

Convido a Deputada Erika Kokay para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

Convido o Deputado Subtenente Gonzaga para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui fazer um alerta aos Comandantes das Polícias Militares, aos Comandantes das Forças Armadas, aos Chefes da Polícia Civil e da Polícia Federal, em relação ao direito ao voto em trânsito, que foi consagrado na reforma política de 2015, através da Lei nº 13.165, de 2015.

Ao longo dos anos, nós todos reivindicávamos como direito sagrado dos policiais, em especial dos militares, o direito ao voto em trânsito, sob a premissa de que não há eleição sem Polícia Militar, não há eleição sem que a Polícia Militar faça a condução das urnas, faça a proteção da seção eleitoral. Nenhum presidente de seção eleitoral inicia os trabalhos se não houver garantia de segurança pela Polícia Militar.

No entanto, pelo modelo que utiliza a urna eletrônica, pelo modelo da legislação, que só permitia o voto em trânsito para Presidente da República, esses profissionais ficavam impedidos de votar — e votar é um direito.

Nós conseguimos inserir esse direito na Lei nº 13.165, de 2015. Essa legislação criou uma obrigação para esses chefes e comandantes que mencionei: informar, com no mínimo 45 dias de antecedência, à Justiça Eleitoral onde escalarão os seus policiais, no caso da Polícia Militar. Portanto, não é uma opção do comandante, não é uma opção do chefe de polícia. Há a obrigação de que eles informem à Justiça Eleitoral onde irão escalar esses profissionais, para que a Justiça Eleitoral possa fazer aquilo que tecnicamente é chamado de transferência transitória de domicílio eleitoral, a fim de que esses profissionais possam exercer o direito ao voto.

Além disso, todo cidadão — isto também é uma alteração dessa legislação — poderá votar em trânsito nos Municípios com mais de 100 mil eleitores. Até 2015, só era possível votar dessa forma para Presidente da República. Agora, é possível votar também para Deputado, Senador, Governador.

Nos poucos segundos que me restam, eu queria ressaltar a necessidade de que este Plenário vote, em regime de urgência, um projeto que relatei na CCJ que recupera um equívoco que este Plenário cometeu quando da edição da Lei nº 13.654, de 2018, que qualifica o roubo praticado com arma de fogo. No entanto, ao fazer isso, retirou-se a qualificadora do uso de arma branca.

Nós conseguimos reinserir isso no texto do Projeto de Lei nº 414, de 2015. Precisamos votar este projeto aqui no plenário com urgência, porque muitas pessoas que foram condenadas já estão recorrendo à Justiça, com base no princípio da retroatividade da lei penal, que beneficia o réu, inclusive para poderem se livrar da cadeia. Isso está beneficiando pessoas que estão cumprindo pena e pessoas que estão sendo julgadas considerando-se a aplicação da qualificadora do uso de arma conforme a legislação anterior. Essa legislação que nós aprovamos pretendia agravar pena de quem comete roubo com uso de arma de fogo, o que era necessário. Antes havia o absurdo de se aplicar a mesma pena a quem praticava roubo com uso de faca e quem praticava roubo com uso de fuzil, como no caso dos arrombamentos de caixas eletrônicos. Portanto, era necessário fazer isso.

Mas tanto o Senado quanto a Câmara, apesar de tudo, cometeram esse erro e retiraram a qualificadora do uso de arma branca, tecnicamente chamada de arma imprópria. Isso está sendo realmente danoso.

Hoje eu tive uma audiência no STJ, na qual os Ministros me colocaram o desafio de terem que analisar inclusive pedidos de soltura de presos, porque a qualificadora foi retirada por essa nova legislação.

Eu tenho a convicção de que o PL 414/15, de autoria do Deputado Rubens Bueno e que relatei na CCJ, recupera isso. Nós já temos um requerimento de urgência e esperamos fazer essa votação antes das eleições, porque isso trouxe, de fato, um transtorno para aplicação da legislação pela Justiça no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Convido o Deputado Aliel Machado para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pelas redes sociais e pela *TV Câmara*, quero novamente manifestar o meu repúdio aos desmandos que continuam acontecendo neste Governo Temer. É impressionante a insensibilidade deste Governo com aqueles que mais precisam de atendimento do poder público!

Estamos colhendo resultados catastróficos de uma administração com uma visão de mundo e uma condução econômica que estão aumentando a tragédia social, que já é enorme no Brasil. Estamos colhendo o aumento do índice de mortalidade infantil por causa da condução da política econômica. Estamos colhendo, neste momento, a diminuição do número de pessoas que procuram a Justiça do Trabalho, porque a reforma trabalhista proibiu que o humilde, o trabalhador, o pedreiro,

a empregada doméstica procurem os seus direitos. Essas pessoas estão sendo coagidas, porque correm o risco de ter que pagar ao próprio patrão, ou seja, não têm sequer o direito de procurar a Justiça para que seja feita uma reparação.

Vejam o resultado de tudo isso: além de essas pessoas serem prejudicadas, o emprego não voltou. Depois de mais de 1 ano dessa maldita reforma, continuamos com o desemprego em alta. Além disso, os empregos que possuímos estão precários. As pessoas perderam os seus direitos. Basta olhar o que dizem os órgãos especiais que fazem essa constatação.

O que mais me preocupa em tudo isso são as pessoas mais humildes sendo afetadas diretamente no seu direito fundamental: o direito à vida. Uma reportagem publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, no mês de maio, mostra que, até o ano de 2030, devemos ter, no Brasil, 20 mil mortes a mais de crianças. Isso ocorre porque o Temer prefere priorizar os banqueiros, porque o Temer prefere entregar o nosso petróleo às petrolíferas internacionais, porque o Temer prefere negociar a venda da RENCA, na Amazônia. O pior de tudo é a aliança que ele faz nesta Casa, são os acordos que ele fez aqui com aqueles que se entregaram, com aqueles que se venderam em troca de um recurso a mais, de uma emenda a mais, de um cargo a mais. É uma vergonha! Mas isso será cobrado nas ruas pelas pessoas. Será feita uma análise pelo cidadão de bem, pelo cidadão que está indignado com essa política suja, antiga e atrasada, que não podemos aceitar mais.

Todas as vezes em que tivermos a oportunidade, estaremos aqui para denunciar esses desmandos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto, por 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, na próxima sexta-feira, dia 10, a Associação dos Municípios da Região Serrana — AMURES vai completar 50 anos de serviços prestados ao conjunto de Municípios da Serra Catarinense.

Foi a nossa AMURES que instituiu o primeiro consórcio público de saúde, o primeiro consórcio de apoio ao saneamento básico dos Municípios, o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense — CISAMA.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa o pronunciamento em que parabenizo todos os ex-Presidentes da AMURES, o conjunto de servidores e os Municípios da região serrana, que crescem em função do associativismo e do fortalecimento da nossa Associação dos Municípios da Região Serrana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Deputada Carmen Zanotto, defiro o pedido de V.Exa., conforme o Regimento determina.

Determino que todos os veículos de comunicação sejam atualizados e que este pronunciamento seja encaminhado ao programa A Voz do Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Cumprimento os visitantes que estão no plenário e nos prestigiam na tarde de hoje, nesta sessão não deliberativa da Câmara dos Deputados.

Muito nos honra a presença de vocês aqui hoje.

Convido o Deputado Leonardo Monteiro para fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste final de semana, nós tivemos as convenções partidárias de todos os partidos políticos.

O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, realizou um grande processo de discussão democrática e indicou o nosso companheiro e ex-Presidente Lula a candidato à Presidência da República e o ex-Prefeito de São Paulo Fernando Haddad a candidato à Vice-Presidência da República. Portanto, foi formada a chapa Lula-Haddad para representar a vontade do povo brasileiro.

Nós andamos por Minas Gerais — em todos os cantos, em todos os grotões, nas cidades pequenas, nas cidades grandes — e percebemos que há uma grande vontade de eleger Lula em todos os mineiros e em todas as mineiras, para reconstruir o nosso País, recuperar o nosso País e colocá-lo no caminho do desenvolvimento, gerando emprego e renda. Essa é a grande expectativa não só de Minas Gerais, mas de todo o País.

Por isso, neste momento, eu queria manifestar a nossa solidariedade e o nosso apoio às oito pessoas que estão em greve de fome há mais de 9 dias aqui em Brasília. Eles reivindicam a libertação do preso político Lula.

Lula está preso por uma decisão política, não por uma decisão jurídica. Se fosse considerado o aspecto jurídico, Lula não estaria preso. Os próprios tribunais têm afirmado que, se Lula desistir da candidatura, ele será solto.

Portanto, manifesto a nossa solidariedade e o nosso apoio a essas lideranças dos movimentos sociais que representam, neste momento, aqui em Brasília, a vontade do povo brasileiro, exigindo a libertação do Presidente Lula.

Parabéns a todos vocês!

Lula inocente! Lula livre! Lula Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Muito bem, Deputado Leonardo Monteiro. Ficam registradas as suas palavras.

Eu queria aproveitar este momento em que estou na Presidência da Mesa para registrar que, na última semana, estive em São Paulo, num congresso da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos — NTU, e pude verificar que investir em mobilidade urbana significa investir na qualidade de vida das pessoas, a começar pelos motoristas, que ficam horas sentados, presos no trânsito, com horários a cumprir, tomados pelo estresse e pelo cansaço.

Os ônibus transportam 70% da população e ocupam 20% do espaço viário. Oferecer faixas exclusivas para o transporte público coletivo proporciona às pessoas que utilizam esse meio de deslocamento mais tempo com suas famílias e amigos.

Pasmem! Há mais de 25 anos, não existe uma política pública por parte dos Governos de investimento em mobilidade urbana. Isso tem reflexo direto no caos do trânsito que enfrentamos diariamente nas cidades brasileiras.

Essa prática precisa ser mudada, pois, além de qualidade de vida, investir em mobilidade urbana significa também diminuir os custos com a saúde, visto que somente 1% dos acidentes de trânsito são causados pelo transporte público, por acidentes com ônibus.

Então, minha participação nesse congresso da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos deixou muito claro que não basta cobrarmos somente das empresas concessionárias de transporte público eficiência e qualidade nos seus carros e equipamentos. É fundamental a participação dos Governos na construção de terminais de transbordo, terminais de integração, vias amplas e exclusivas para os ônibus, para fazer com que as cidades andem mais rápido e o trânsito seja diminuído. Assim, oferecendo qualidade de vida à população, ela poderá voltar a usar o transporte público coletivo, que precisa ser cada vez mais eficiente. Os passageiros serão trazidos de volta para dentro dos ônibus brasileiros nas grandes cidades.

Então, essa é a impressão que ficou da nossa participação no congresso da NTU.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (André Amaral. Bloco/PROS - PB) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 9 de agosto, às 14 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quinta-feira, dia 9 de agosto, às 9h05min, em homenagem aos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALADARES FILHO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCIO ALVINO.

QUARTO SEM ÁUDIO